



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO SERVIÇO SOCIAL

Rodrigo Nelson Pereira

Os Territórios Sagrados (In)visíveis: os terreiros de religião afro-brasileira da
Tapera, espaços de resistências e proteção social

Florianópolis
2022

Rodrigo Nelson Pereira

Os Territórios Sagrados (In)visíveis: os terreiros de religião afro-brasileira da Tapera, espaços de resistências e proteção social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Liliâne Moser. Dra.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pereira, Rodrigo Nelson

Os Territórios Sagrados (In)visíveis : os terreiros de
religião afro-brasileira da Tapera, espaços de resistências
e proteção social / Rodrigo Nelson Pereira ; orientador,
Liliane Moser, 2022.

68 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Terreiros. 3. Religiões afro
brasileiras. 4. Proteção social. 5. CRAS Tapera. I. Moser,
Liliane . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Serviço Social. III. Título.

Rodrigo Nelson Pereira

Os Territórios Sagrados (In)visíveis: os terreiros de religião afro-brasileira da Tapera, espaços de resistência e de proteção social

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Serviço Social” e aprovado em sua forma final pelo Curso Serviço Social.

Florianópolis, 14 de março de 2022.

Professora Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs, Dra.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Professora Liliane Moser, Dra.
Orientadora
Professora do Departamento de Serviço Social da UFSC

Professora Rúbia dos Santos Ronzoni, Dra.
Avaliadora
Professora do Departamento de Serviço Social da UFSC

Ellen Deola Souza
Avaliadora
Assistente Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis

Florianópolis

2022

O homem se torna consciente do sagrado porque se manifesta, se mostra, como algo totalmente diferente do profano.

(Mircea Eliade)

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos moradores da Tapera, de modo especial, ao “povo-de-santo”, que não desiste da sua luta por justiça e reconhecimento.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Lineth Wellington Pereira, por me passar confiança, incentivo e todo apoio afetivo nessa minha jornada terrestre.

Aos meus colegas de equipe do CRAS Sul II, que incentivaram o meu retorno à academia, estimulando-me a fazer uma outra graduação, agora no Serviço Social: Ana Paula, Daniela, Deise, Ellen, Eleonora e Felipe.

Às minhas estimadas e estimado, Cleusa, Roseane e Roni Max, que souberam compreender as minhas ausências, pois tive que focar nas leituras e no tempo necessário para as devidas reflexões que requer o estudo.

Agradeço ao Pai-de-Santo e as Mães-de-Santo. Estes, abriram as portas de seus centros religiosos, acolheram-me e concederam-me as entrevistas que foram de grande valia para esta pesquisa.

Aos colegas de curso, pela convivência e pelas trocas de saberes durante este período na academia.

Aos professores e professoras da Universidade Federal de Santa Catarina, gratidão por termos compartilhado o conhecimento, neste processo de ensino-aprendizagem, tão necessário para a minha formação como futuro Assistente Social.

À Assistente Social Mary Kazue Zanfra, por ter sido minha Supervisora de Campo, na ocasião do meu Estágio Supervisionado.

Também agradeço às integrantes da minha banca de defesa: Professora Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni e a Assistente Social Ellen Deola Souza. Fiquei muito honrado por aceitarem o convite de estarem presentes num momento da defesa do meu TCC.

Meu agradecimento à Professora Dra. Patrícia Leonor Martins, por ter realizado a revisão/formatação desta monografia. Os seus olhares fizeram a diferença...

Agradeço imensamente à minha orientadora, Prof.^a Dra. Liliâne Moser, pela paciência, pelas trocas de saberes e pela confiança. Tenho muito apreço e respeito pela sua pessoa e pelo seu profissionalismo.

Canto das Três Raças

Ninguém ouviu
Um soluçar de dor
No canto do Brasil

Um lamento triste
Sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativo
E de lá cantou

Negro entoou
Um canto de revolta pelos ares
No Quilombo dos Palmares
Onde se refugiou

Fora a luta dos Inconfidentes
Pela quebra das correntes
Nada adiantou

E de guerra em paz
De paz em guerra
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar
Canta de dor

Ô, ô, ô, ô, ô, ô
Ô, ô, ô, ô, ô, ô

Ô, ô, ô, ô, ô, ô
Ô, ô, ô, ô, ô, ô

E ecoa noite e dia
É ensurdecidor
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador

Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas
Como um soluçar de dor

Compositores: Mauro Duarte / Paulo César Pinheiro
Intérprete: Clara Nunes

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivos identificar na comunidade da Tapera, bairro localizado ao Sul de Florianópolis/SC, os terreiros religiosos de matriz africana, lugar de identidade negra e de resistência; analisar de que forma esses territórios “sagrados” realizam atendimentos à população, em particular os relacionados às atividades de cunho assistencial; e, por fim, entender acerca da importância dos Terreiros nos territórios, como lugar de potencialidade e articulação comunitária. Para viabilizar essa proposta partimos da necessidade de compreender as religiões afro-brasileiras, Candomblé e Umbanda, na comunidade da Tapera, lugares de identidade africana, de pertença, de resistência cultural e proteção social. A diferenciação entre Candomblé e Umbanda e os Terreiros que seguem seus ritos e ainda, desenvolvem ações sociais no território. Para tanto, contamos com as expressões da oralidade, a memória dos dirigentes, suas contribuições na produção de saberes significativos para a sociedade, reforçando o legado deixado pelas gerações de população de origem africana do pretérito. Por fim, procuramos nos atentar para um olhar analítico desses territórios sagrados (in)visíveis, como se configura as práticas sociais e alguns dos exemplos de intolerâncias religiosas, violações vivenciadas pelos praticantes do Axé.

Palavras-chave: Terreiros; Religiões afro-brasileiras; Proteção social; CRAS; Tapera.

ABSTRACT

This final paper aims to identify in the community of Tapera, a neighborhood located in the south of Florianópolis/SC, religious terreiros of African origin, a place of black identity and resistance. Analyze how these “sacred” territories provide assistance to the population, in particular those related to care activities, and, finally, to understand about the importance of Terreiros in the territories, as a place of potential and community articulation. To make this proposal viable, we start from the need to understand the Afro-Brazilian religions, Candomblé and Umbanda, in Tapera community, places of African identity, belonging, cultural resistance and social protection. The differentiation between Candomblé and Umbanda and the Terreiros that follow their rites and also develop social actions in the territory. For that, we rely on the expressions of orality, the memory of the leaders, their contributions in the production of significant knowledge for society, reinforcing the legacy left by generations of people of African origin in the past. Finally, we try to pay attention to an analytical look at these sacred (in)visible territories, how social practices are configured and some of the examples of religious intolerance, violations experienced by Axé practitioners.

Keywords: Terreiros; Afro-Brazilian religions; Social protection; CRAS; Tapera.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COPPIR	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTMAS	Comunidades Tradicionais de Matriz Africana
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
PAEF	Programa de Atenção Integral às Famílias
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
RENAFRO	Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONHECENDO O TERRITÓRIO DA TAPERA E AS POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES COM A PROTEÇÃO SOCIAL	17
2.1	DE CAIACANGAMIRIM A TAPERA: DESCORTINANDO A HISTÓRIA DO BAIRRO	17
2.2	A PRESENÇA DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA TAPERA: O CANDOMBLÉ E A UMBANDA	23
2.3	NAS TRILHAS DO CRAS: COMPREENDENDO A IMPORTÂNCIA DA UNIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO TERRITÓRIO DA TAPERA.....	26
3	PERCORRENDO OS TERRITÓRIOS SAGRADOS: OS TERREIROS COMO LUGAR DE MEMÓRIA E PROTEÇÃO SOCIAL	33
3.1	OS CENTROS DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: EXPRESSÕES DA RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA NA TAPERA	34
3.2	OS MEDIANEIROS DOS TERREIROS E O PÚBLICO QUE PROCURA AS POSSÍVEIS “CONSULTAS”	36
3.3	OS TERREIROS E AS SUAS AÇÕES SOCIAIS: AS PRÁTICAS ALÉM DO ASPECTO RELIGIOSO	41
3.4	NOVOS TEMPOS, ANTIGOS PROBLEMAS: A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA AINDA PRESENTE NOS TERRITÓRIOS SAGRADOS AFRO-BRASILEIROS.....	52
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	61
	ANEXOS A.....	65
	ANEXO B	67

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é resultado da investigação realizada a partir da experiência acerca de realidade social, vivenciada nos terreiros de religião de matriz africana no bairro da Tapera. A apresentação desta monografia faz parte das exigências para a conclusão do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Versar acerca da diversidade religiosa existente no bairro da Tapera é sem dúvida, um desafio. Se deparar com as diferentes matizes do sagrado, ora dos vários segmentos oriundos do cristianismo, ora da multiplicidade dos terreiros de matriz africana que, preenchem os diversos cantos da comunidade, chama-nos para uma reflexão. Destacamos de modo particular as religiões afro-brasileiras, com os seus rituais específicos, que acolhem os que procuram conhecer os seus espaços “sagrados”, apresentam-se como um campo de resistência cultural e social, persistindo na dinâmica do tempo, mostrando-se fortes aos infortúnios gerados pela intolerância religiosa e ainda contribuindo para a proteção social.

Ao mesmo tempo que o tema é desafiador, é também instigante, pois possibilita visibilizar as casas de “povo-de-santo”, no cotidiano de um bairro no Sul da Ilha de Santa Catarina, que realiza ações sociais, mesmo diante das dificuldades de serem reconhecidas como um lugar de desenvolvimento espiritual e de luta pelos direitos sociais.

Na Tapera encontramos muitos terreiros de Candomblé e de Umbanda. São centros de oração, culto, desenvolvimento espiritual, lugar de fortalecimento de vínculos e de produção da cultura africana. Porém, mesmo com um número significativo de casas de “povo de santo”, instalados na localidade, ainda se apresentam em locais discretos, às vezes passando despercebidos dos olhares menos atentos.

É com o intento de dar visibilidade aos centros religiosos de matriz africana e de procurar entender como esses territórios realizam a proteção social no bairro, que nos motivou a levantar indagações no que tange à contribuição ao social.

O interesse pelo tema da pesquisa partiu de uma curiosidade acerca de um número considerável de terreiros de religião de matriz africana (candomblé, umbanda,

almas de angola e batuque), na Tapera. Pudemos observar a existência de mais 40 centros religiosos na comunidade. Também por desenvolvermos atividades profissionais no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, na Tapera, acompanhamos alguns momentos do trabalho de mapeamento dos terreiros, realizado por uma estagiária do curso de psicologia da UFSC, que desenvolveu seu projeto de intervenção no referido CRAS. O que nos chamou a atenção pelos atendimentos realizados nesses espaços, segundo o relato da acadêmica de psicologia, não eram apenas suportes religiosos, tratava-se também de acolhimentos, para lidar com as demandas de cunho social.

Diante das dificuldades de acesso às políticas públicas, as pessoas procuram as casas de “povo de santo”. Constatamos que, embora tenha no bairro um centro de saúde e um CRAS, muitos sujeitos procuram primeiramente um terreiro de Candomblé ou de Umbanda, talvez, por se sentirem mais à vontade, ou por terem um sentimento de pertença naquele local.

A partir desta realidade, faz-se necessário compreender que além de práticas religiosas, rituais, típicos dos terreiros, há também a realização de outras práticas, de ordem assistencial. As expressões da “questão social” também chegam aos terreiros, e quais ações são realizadas? Muito mais que o âmbito religioso, existem outras situações que motivam os indivíduos a procurar ajuda, e os líderes religiosos acabam desempenhando papéis de orientação, encaminhamento e oferta de algumas ações sociais.

No que diz respeito às motivações de ordem prática, é relevante fazer uma aproximação entre a atuação do CRAS e os terreiros que estão inseridos no território de abrangência desta unidade socioassistencial. A área de abrangência do CRAS Tapera, compreende uma parte da região Sul da Ilha de Santa Catarina, município de Florianópolis, mais precisamente, a localidade da Tapera. Neste perímetro constata-se várias famílias em situação de vulnerabilidade social, onde há possibilidades de se realizar as devidas intervenções, promover a proteção social aos usuários que dela necessitam.

Para realizar a presente pesquisa, em um primeiro momento, foi realizado um levantamento documental e bibliográfico, que serviu de referência e suporte para embasar a monografia. A busca pela revisão bibliográfica, em grande medida, foi por meio do sistema *online*, utilizando-se dos repositórios das universidades brasileiras

para efetuar as consultas de diversas obras: monografias, dissertações, teses, artigos e, ainda, de notícias em periódicos. Num segundo momento, realizamos um trabalho de campo, onde tivemos a oportunidade de conhecer cinco centros de religiões afro-brasileiras. Neste ensejo, entrevistamos 07 dirigentes, possibilitando a valorização da memória, as experiências vividas nos ambientes voltados ao “sagrado”. Pelo canal do diálogo, foi possível verificar os saberes daqueles que falam de seus lugares de atuação. De acordo com os preceitos éticos, a identidade dos entrevistados foi preservada, portanto, não identificamos o nome dos entrevistados e nem o nome de suas instituições religiosas. Por estarmos enfrentando um período de pandemia causado pela COVID-19, tomamos todos os tipos de cuidados, seguindo os protocolos de segurança e de saúde, utilizando os equipamentos de proteção individual (máscaras, álcool em gel, luvas) e o distanciamento necessário. Seguimos um roteiro para desenvolver as entrevistas, com questões norteadoras que nos ajudaram na condução das conversas.

Nossa pretensão foi realizar um estudo de ordem qualitativa acerca dos terreiros existentes no bairro da Tapera. Entendemos que a pesquisa qualitativa é a mais adequada para os nossos estudos. A abordagem qualitativa permite-nos trabalhar com uma variedade de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes. De acordo com os objetivos, esta pesquisa se caracteriza como sendo exploratória de ordem qualitativa, tendo como a proposta principal, explicitar a problemática dos centros religiosos de matriz africana da comunidade da Tapera e a realização das ações assistenciais no campo da proteção social.

A relevância da pesquisa desenvolvida está no sentido de se querer dar visibilidade aos trabalhos sociais desenvolvidos nos terreiros. Espaços de resistência cultural e religiosa que, muitas vezes, passam despercebidos pelo viés da cultura hegemônica, capitalista, branca, cristã e racista.

Este estudo tem a finalidade de contribuir com a área do conhecimento, pois percebe-se que não há muitas produções acerca do bairro da Tapera e muito menos sobre o tema em questão. Os estudos relacionados à vivência das práticas sociais, desenvolvidas nos terreiros de matriz africana, servirão de subsídios para estudos posteriores.

Sendo assim, a redação do trabalho foi organizada em duas seções:

Na primeira seção, tivemos a preocupação de situar o leitor na localidade da Tapera, no Sul da Ilha de Santa Catarina. Realizamos um panorama histórico do bairro, sinalizando a presença das casas de “povo-de-santo” no território, e ressaltamos uma abordagem acerca do CRAS, instalado nas suas proximidades.

Na segunda seção, procuramos dar visibilidade à memória e ao relato dos dirigentes das casas de axé, verificamos que além das cerimônias religiosas, também se fazem presentes as atividades assistenciais. Foi possível identificar na comunidade as singularidades dos terreiros, lugar de pertença, espaço de identidade africana, que promove saberes dos povos tradicionais, legado de gerações do pretérito. E ainda, constatamos as dificuldades enfrentadas no que tange os preconceitos e a intolerância religiosa que ainda não foram superados.

Por fim, atentamos para a contribuição desses terreiros de religião afro-brasileira para o processo de sociabilidades e de fortalecimento de vínculos com os moradores da Tapera e as possíveis contribuições para a perpetuação das tradições da ancestralidade africana.

2 CONHECENDO O TERRITÓRIO DA TAPERA E AS POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES COM A PROTEÇÃO SOCIAL

Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.

(José Saramago)

2.1 DE CAIACANGAMIRIM A TAPERA: DESCORTINANDO A HISTÓRIA DO BAIRRO

Ao lançarmos nosso olhar para a história da Tapera, não podemos perder de vista a localização deste bairro, situado ao sul da Ilha de Santa Catarina, na parte insular do município de Florianópolis, que pertence ao Distrito do Ribeirão da Ilha. Está distante do centro da capital catarinense 27 km. Podemos chegar à localidade por terra, utilizando três acessos: pela Rodovia Baldicero Filomeno (Ribeirão da Ilha), no chamado Canto do Rio ou Canto do Candonga, atravessando uma pequena ponte, próximo à foz do Rio Ribeirão, limite entre os dois bairros. Também pela estrada que dá acesso ao Campeche, à Rodovia Aparício Ramos Cordeiro e ainda, pela Base Aérea de Florianópolis, utilizando a Avenida Santos Dumond. Já pela via marítima, podemos chegar à localidade pela Baía Sul, parte sudoeste da Ilha de Santa Catarina. A Tapera possui uma enseada, formada por pequenas praias, de várias denominações: Praia da Caiacangamirim, Praia da Tapera, Praia do Garcia, Praia do Saco ou da Mutuca e Praia das Flecheiras¹.

Além das pequenas praias, a localidade é servida por um manguezal que sofreu transformações devido a ação humana, por sucessivos aterros, ocupação desordenada, recebendo lixo e esgoto. “O manguezal é protegido pelo Código Florestal e pelo Plano Diretor do Município” (MARTINS, 2019, p.24).

¹ De acordo com o sociólogo Nereu do Vale Pereira, em sua obra: *Descortinando as 100 Belas Praias de Florianópolis*: em seu continente, suas ilhas, suas lagoas. Florianópolis: Editora Insular, Fundação Cultural Açorianista, 2004. Foram catalogadas 100 praias no município de Florianópolis, praias consideradas marítimas, lacustres e insulares.

Alguns pequenos córregos e riachos fazem parte dos recursos hídricos do bairro, com destaque para o ribeirão Chico Crioulo e para o rio Ribeirão, que também tem o seu curso em parte do território da Tapera.

Em se tratando da ocupação humana, os registros mais antigos realizados através das prospecções arqueológicas do Padre João Alfredo Rohr, que também era arqueólogo, identificou no sítio arqueológico na praia da Tapera, nos anos 1948 e 1966, cerca de 172 sepultamentos. Trata-se do sítio arqueológico mais importante da Ilha de Santa Catarina, composto por sepultamentos de adultos e crianças, alguns restos mortais estavam acompanhados por adornos, colares de conchas e dentes de animais, também havia restos de alimentos, ferramentas e conchas de moluscos. São vestígios de grupos de assentamentos humanos, dos sambaquieiros ou homem do sambaqui e do grupo itararé².

O sítio arqueológico está localizado na praia, bem próximo à Ilha das Laranjeiras. O Padre João Alfredo Rohr desenvolveu uma técnica com cimento, colocado bem rente aos sepultamentos, facilitando a remoção dos esqueletos para o Museu do Homem do Sambaqui, no Colégio Catarinense. Esta unidade educacional foi fundada pelos padres jesuítas e se localiza na rua Esteves Junior, nº 711, Centro de Florianópolis. Na ocasião dos estudos, muitos moradores da região ajudaram o padre, dando suporte nas escavações e no transporte do material ao museu. Estes vestígios da presença humana em tempos idos, na localidade, mostram-nos que a ocupação do território tem a “idade que oscila entre 1055 e 1552 anos, sendo mais notável se encontrarem em bom estado de conservação” (MUSEU, [199-], 2p.).

Conhecida pelos nativos dos grupos carijó e guarani, o território era denominado de Caiacangamirim. Segundo Nereu do Vale Pereira, “O Topônimo Caiacangamirim, deriva do guarani, e significa, praia situada junto à ponta de terra que avança sobre o mar em forma de um polvo pequeno (mirim)” (2004, p.42). Posteriormente, a localidade recebeu outro nome, que ficou mais conhecido entre os que foram ocupando as terras da região: Tapera.

O nome do bairro Tapera é de origem Tupi, sendo que ‘Taba’ significa aldeia e ‘Uêra’, por sua vez, algo como extinta. Popularmente no português, o termo passou a designar lugares abandonados ou em

² PEREIRA, Rodrigo Nelson. **O Patrimônio Cultural do Ribeirão da Ilha: lugar de múltiplas memórias**. Trabalho de conclusão do curso de História na Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ruínas, o que faz com que muitos acreditem que a região tendo permanecida desabitada por algum tempo após a extinção do grupo carijó que ali vivia.³

Em 1526, o navegador veneziano Sebastião Caboto, que estava a serviço da Coroa Espanhola, aportou na enseada da Tapera, para abastecer sua embarcação com água potável e víveres, depois deveria seguir rumo ao Rio da Prata. Ele esteve na foz do rio Ribeirão, “Tendo por local o Porto do Ribeirão e que hoje recebe o nome de Canto do Candonga” (PEREIRA, 1990, p. 52).

Foi a partir de 1748 e 1756, com o fluxo migratório de famílias do Arquipélago dos Açores que aportaram na Ilha de Santa Catarina e ocuparam também o litoral catarinense, que alguns casais ocuparam a Tapera. Pouquíssimos indivíduos, já que a comunidade de referência era a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa no Ribeirão da Ilha.

As atividades desenvolvidas pelos primeiros moradores brancos, descendentes de portugueses açorianos eram a pesca e a agricultura de subsistência. Havia poucas embarcações, predominando algumas roças de mandioca. A coleta do berbigão⁴ também já se fazia presente.

Foi sobretudo com a “construção da Base Aérea e do aeroporto na parte sul da Ilha, em 1923 deslocando militares e atraindo serviços para o local, impactou a ocupação da área e a demografia local” (DALLMANN, 2013, p.32).

A instalação de uma unidade da Aeronáutica numa determinada área, implicou na desapropriação de algumas famílias que viviam no território. Houve, portanto, a expropriação de terras para dar lugar as construções militares. Por outro lado, com a possibilidade de oferta de empregos também atraiu pessoas de outros bairros e de outros municípios do Estado de Santa Catarina, que acabaram se instalando em outros territórios da Tapera.

O Fluxo da população que veio das cidades do litoral catarinense e da região serrana, como Enseada do Brito, Palhoça, Garopaba, Lages, Fraiburgo entre outras, trouxe pessoas que pretendiam trabalhar na lavoura e, não encontrando emprego nesse setor, dedicando-se a

³ GUIA FLORIPA. Disponível em: <https://guiafloripa.com.br/cidade/bairros/tapera>. Acesso em 27 dez. 2021.

⁴ Berbigão é o nome comum do molusco bivalve da espécie *Anomalocardia brasiliiana*, utilizado como alimento humano.

outras áreas, como o comércio e o funcionalismo público (DALLMANN, 2013, 32).

Muitas pessoas passaram a ocupar a Tapera, por se tratar, na época, de um local onde havia facilidade de conseguir se fixar no bairro, terreno com preço acessível e ainda, por se tratar de uma região tranquila para viver, em plena capital catarinense. A partir da década de 1980, a Tapera passou a ter uma explosão demográfica, agora recebendo vários nordestinos e moradores do Oeste de Santa Catarina, passando a ocupar lotes pequenos, construindo ruas estreitas, que denominam servidões e formando um traçado urbanístico de aglomerado de residências, muito próximas umas das outras, atingindo áreas de manguezais e de pequenos córregos.

A geógrafa Fabiana Martins (2019, p. 27) informa que

o bairro cresceu de uma forma desordenada e sem infraestrutura adequada para comportar seus moradores. O baixo valor dos terrenos e dos aluguéis foi um atrativo para aqueles que vieram de outras regiões à procura de empregos na capital.

Cabe ressaltar que, o bairro da Tapera é bem servido por serviços de transporte coletivo que ajudam na mobilidade urbana. Assim, muitos moradores se deslocam do bairro até o centro de Florianópolis, onde trabalham e estudam. Os aluguéis de casas e quitinetes também são mais acessíveis à classe trabalhadora. Atualmente o bairro conta com estabelecimentos comerciais, farmácias, lojas de roupas, supermercados, bares e restaurantes. Os serviços públicos também se fazem presentes no território, três escolas, três creches, uma Unidade Básica de Saúde e um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes. O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, estava instalado na Tapera, desde o ano de 2011, porém, em 19 de junho de 2021, foi transferido para o Ribeirão da Ilha. Há também na localidade uma Intendência, unidade da prefeitura de Florianópolis responsável por realizar obras públicas (manutenção e melhorias de infraestrutura).

A população da Tapera é estimada em 12.962 habitantes. Dados estes, extraídos de um Relatório da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e do

Relatório de dados produzido pelo setor de Gestão SUAS, da Secretaria de Assistência Social do município, com base no ano de 2018⁵.

Muitas pessoas que vem para Florianópolis a procura de trabalho, escolhem a Tapera para morar, migram de suas cidades do interior para a capital, no intuito de conseguir serviços médicos, hospitais de referência, ou ainda, apostam nos estudos de seus filhos, na busca de alcançar uma qualidade vida.

No entanto, nem todos conseguem a garantia de um emprego ou de uma casa própria. A vulnerabilidade social se faz presente, como sinalizado em estudos sobre a região:

Em relação à localização e situação socioeconômica da comunidade de Tapera da Base, a falta de ordenamento na ocupação territorial na Tapera da Base, em muito decorrente da falta de políticas de desenvolvimento por parte do poder público estadual e local, resultou em uma comunidade com crescente marginalização. É, principalmente, a partir desta condição marginal que se torna elementar apontar riscos crescentes para essa comunidade frente a consequências muito prováveis de uma alteração da dinâmica climática. A insuficiência de infraestrutura e de serviços sociais elementares, como assistência à saúde e educação, é claramente percebida pelos moradores e pode ser entendida como fator de vulnerabilidade. Evidente também é a questão social da violência e da falta de segurança em face do avanço da criminalidade associada às atividades ilícitas, em especial as drogas (MALUF; ROSA, 2011, p. 572).

No tocante ao processo de vulnerabilidade⁶ que assola a população da Tapera, chama-nos a atenção para a questão da violência e o uso de entorpecentes que são responsáveis pela desestabilização social. Consequência de uma sociedade marginalizada, sem o amparo do Estado e sem perspectivas para sair da condição de

⁵ Fonte: SMS referente a estimativa populacional IBGE – ano de referência 2015. <http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/unidadessaude/populacao/uls2015index.php>. In: LOPES, Deise L. A. **Nós, o CRAS e a Comunidade: a experiência de um grupo de convivência de mulheres em um CRAS da Região Metropolitana de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

⁶ Trabalhamos aqui o conceito de vulnerabilidade. Para Chardon (2008), vulnerabilidade resulta de processo integrador de diversos aspectos sociais e biofísicos. Em concordância com este autor, se assume nesta investigação que vulnerabilidade é resultado de um sistema dinâmico e por isto complexo que envolve a integração de diversos aspectos, tais como: socioculturais, biológicos, físicos, políticos, etc. Estes podem ser considerados subsistemas dentro do sistema vulnerável, isto é, as diferentes partes que, integradas, compõe o estado de vulnerabilidade. In: MALUF, Renato S.; ROSA, Teresa da S. (Coord.). Relatório Final da Pesquisa: **Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil: construindo capacidades**. Subprojeto populações, vol. II. UFRRJ/CPDA, UFF/MNS, 2011.

subalternidade. Não há dúvidas que a perversidade do capitalismo gere as diferenças sociais e alarga mais esta linha tênue entre os privilegiados, os que têm melhores recursos financeiros, vivem em bairros mais estruturados, dos que são da periferia, os trabalhadores, os desempregados, as classes populares.

As dificuldades relacionadas a emprego, moradia, infraestrutura, levaram alguns moradores da Tapera a buscar novas alternativas de sobrevivência, a pesca, o extrativismo do berbigão e a coleta de lixo reciclável no bairro. Martins (2013) desenvolveu um estudo sobre as condições de vida dos catadores de lixo reciclável na Tapera⁷. Esta assistente social entrevistou 10 catadores de lixo reciclável e percebeu que a maioria são pessoas que migraram de cidades do interior para a capital.

Neste cenário de várias mazelas provocadas pelo capital financeiro, que estabelece melhores condições para uma minoria privilegiada, detentora dos modos de produção, em contraponto a uma maioria da população, – que vive sem usufruir das benesses do sistema, formando assim, uma massa de desprovidos dos bens produzidos pelos trabalhadores –, vemos os indivíduos recorrerem a qualquer tipo de apoio.

Historicamente no Brasil, a insuficiência estatal caminhou lado a lado com a benesse religiosa, marcando de forma definitiva a prática assistencial destinada aos mais pobres. O não acesso ou mesmo o desconhecimento de serviços públicos no bairro, voltado à garantia de assistência aos moradores, contribui para que a população vulnerável procure junto as instituições religiosas algum tipo de apoio às suas demandas.

No que se refere à realidade da Tapera, Dallmann (2013, p. 34) deixa bem claro isso: “No âmbito da assistência social, identificou-se que as associações religiosas realizam atividades comunitárias e de auxílio aos habitantes, como distribuição de alimentos, roupas etc.”.

Segundo Lopes, este bairro possui uma característica peculiar, pois existem inúmeras igrejas, das mais diferentes congregações, e observa-se que as evangélicas são em número maior nesse território. As religiões de matriz africana, por sua vez,

⁷ Para saber acerca do estudo das condições de vida e de trabalho dos catadores de lixo reciclável na Tapera, ver: MARTINS, Karoline Lúcia. **As Condições de Vida e de Trabalho dos Catadores de Lixo Reciclável do Bairro Tapera em Florianópolis – SC**. Monografia de conclusão do Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

estão em dezenas espalhadas pelo bairro (2019, p. 46). De acordo com a autora, os templos evangélicos se destacam por serem a maioria no bairro, contudo, a partir de nossa pesquisa de campo e das entrevistas realizadas com os líderes das religiões de matriz africana na Tapera, foi possível identificar 42 terreiros ou “casa de povo santo”, distribuídos nesse território. É nesse território múltiplo, que pretendemos desvelar o papel social desenvolvido pelos centros religiosos de influência africana.

2.2 A PRESENÇA DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA TAPERA: O CANDOMBLÉ E A UMBANDA

Ao palmilhar com atenção no bairro da Tapera, podemos observar que se faz presente uma multiplicidade religiosa, com destaque para os templos evangélicos, neopentecostais. Porém, não passando despercebido, também encontramos edificações mais discretas dos centros de umbanda e de candomblé, além de algumas lojas de artigos religiosos. Ainda, por um instante, ao verificar os transeuntes circularem pelas ruas do bairro, podemos nos deparar com alguma pessoa vestida de branco, com uma guia, ou melhor, colar de contas no pescoço ou com um turbante. Talvez essa cena não seja tão comum cotidianamente, mas para quem frequenta o bairro em tela, certamente já se deparou com adeptos das casas de “povo-de-santo”.

O culto aos orixás é vivenciado e praticado na Tapera, segundo os relatos dos líderes religiosos, há mais de quatro décadas. Deparamo-nos com as manifestações religiosas do Candomblé e da Umbanda, embora existam outros segmentos de religiões de matriz africana, mas essas duas são as mais frequentes no território.

Para entender um pouco acerca da diversidade religiosa africana, recorreremos à história, para elucidar a introdução das crenças aos orixás. Desde o período do tráfico negreiro no Brasil, que iniciou na metade do século XVI e teve uma intensidade no século XIX, “Congo, Angola, Nigéria e Beni, foram as grandes nações que trouxeram muito da sua cultura para o Brasil”, de acordo com Tainá Machado Cardoso (2015, p.16). As religiões de matriz africana possuem uma ligação forte com os espíritos e a natureza, o mundo dos vivos está em constante contato com o mundo

dos mortos. Portanto, não há um mundo físico separado do espiritual, pois são mundos que interagem.

Segundo Cardoso, “O orixá é um ancestral que cometeu um grande feito histórico impactando a vida de inúmeras comunidades, não apenas a dos seus familiares, enquanto vivia na terra como ser humano” (2015, p.17). Desta forma, o orixá não precisa mais se encarnar na Terra, mas a sua energia pode ser sentida pelos médiuns que trabalham nos terreiros de Candomblé. Os orixás precisam da energia anímica, ou seja, dos encarnados para poderem se manifestar. Os orixás mais conhecidos, que vieram com o conhecimento dos africanos, na travessia do Oceano Atlântico são: Oxalá, Omolú, Oxossi, Ossaim, Iemanjá, Ogum, Xangô, Iansã, Oxum, Nanã, Exu, Ifá e Oxumaré. Estes orixás não prestam consultas aos consulentes.

Os africanos no Brasil tiveram inegavelmente uma vida sofrida, de violência, exploração e injustiças. Haja vista o racismo estrutural existente no presente, herança de séculos de escravidão no nosso país. Porém, estes negros criaram estratégias que driblaram a força do catolicismo, não se curvaram totalmente, pois não deixaram suas origens no esquecimento. Embora, muitos negros permitiram a possibilidade do sincretismo religioso, outros, continuaram adorando seus deuses e entidades espirituais, camuflados em segmentos da fé Católica. Os orixás não têm nada a ver com os santos da Igreja Católica, embora os povos de origem africana venerassem as imagens dos santos católicos, veneravam os orixás também. Os orixás não representam a mesma coisa que os santos da liturgia do catolicismo.

Sabemos que toda cultura é dinâmica, e com o passar dos tempos as tradições vão sendo criadas e reinventadas. A diversidade dos povos africanos quando chegaram ao Brasil, trouxeram um legado cultural e religioso interessantes, sobrevivendo as várias agruras do tempo. Assim, as religiões de matriz africana configuram-se como formas de preservar a identidade negra, dádiva das várias Áfricas, formas que ligam a ancestralidade comum.

Destacamos aqui as duas religiões afro-brasileiras mais presentes: o Candomblé e a Umbanda. O Candomblé é fruto de uma reelaboração de crenças africanas, em que acontece o culto aos orixás. Manifestação de fé trazida pelos povos africanos de várias nações, a partir das culturas do “Congo, Angola, Nigéria e Beni” (CARDOSO, 2015, p. 16). O Candomblé iniciou na Bahia, e depois se expandiu para outros estados; no Rio Grande do Sul, por exemplo, recebeu a denominação de

Batuque. No Candomblé não acontece a comunicação com os espíritos, as consultas são realizadas por meio de búzios. O Pai de Santo ou a Mãe de Santo, são os responsáveis em conduzir a leitura dos búzios.

Já, a Umbanda, de acordo com Cardoso (2015), é uma religião de matriz africana, criada em Niterói (Rio de Janeiro), pelo médium Zélio Fernandino de Moraes em 1908, a partir de uma manifestação do espírito do Caboclo das Sete Encruzilhadas, numa sessão espírita kardecista. Na Umbanda encontramos elementos dos orixás africanos, juntamente com algumas entidades de outras falanges: de preto velho (lembrando a sabedoria dos escravos), caboclos (da linha dos índios, xamãs), ciganos, marinheiros e vaqueiros. Todos são espíritos que contribuem com suas energias de cura, e orientações àqueles que necessitam. A Umbanda recebeu uma influência muito forte do Kardecismo e do catolicismo.

Informa-nos Rubens Saraceni:

A Umbanda é uma religião espírita e espiritualista. Espírita porque está em parte, fundamentada na manifestação dos espíritos guias. E espiritualista porque incorporou conceitos e práticas espiritualistas (referentes ao mundo espiritual), tais como magias espirituais e religiosas, culto aos ancestrais Divinos, cultos religiosos aos espíritos superiores da natureza, culto aos espíritos elevados ou ascensionados e que retornam como guias-chefes, para auxiliar a evolução das pessoas que frequentam os templos de Umbanda (SARACENI, 2011, p. 29).

Nesta manifestação religiosa, os médiuns de incorporação recebem as entidades, espíritos desencarnados e realizam consultas. Portanto, os consulentes ao procurar um terreiro de Umbanda, trazem suas demandas, consultam com um espírito, que por sua vez, na ocasião do atendimento, dá conselhos.

Sobre a trajetória histórica das religiões afro-brasileiras, em Florianópolis, todas as pesquisas apontam o pioneirismo de Malvina Ayroso de Barros, a Mãe Malvina, quando instalou o Centro Espírita São Jorge, nas imediações do bairro de Fátima (atualmente Coloninha), parte continental de Florianópolis, na década de 1940⁸. O legado de Mãe Malvina influenciou muitos religiosos de “povo-de-santo”, que

⁸ Para saber mais da trajetória histórica das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis, ver: TRAMONTE, Cristina V. de S. **Com a bandeira de Oxalá: trajetória, práticas e concepções das**

abriram em várias comunidades da grande Florianópolis terreiros de religiões afro-brasileiras.

O nosso objetivo não é tecer longas considerações sobre as origens das casas de povo Santo na Tapera, mas sobretudo registrar o trabalho comunitário existente nos espaços em que a religiosidade afro-brasileira tem força e desenvolve estratégias de fortalecimento cultural, juntamente com um trabalho social importante às pessoas que querem resolver as suas demandas. A rede de solidariedade presente nos terreiros de Umbanda e Candomblé, podem ser constatadas através das ações de acolhimento, ações educativas e culturais desenvolvidas, por exemplo.

Os terreiros possuem práticas assistenciais que prestam serviços à comunidade.

O trabalho social realizado no campo religioso de matrizes africanas possui práticas assistencialistas como também provém ações sociais que visam a garantia de direitos, a ampliação da cidadania, através de práticas políticas e de ações afirmativas de combate ao racismo, de gênero e de combate a intolerância religiosa (CARDOSO, 2015, p. 29).

Por falta de conhecimento da existência de um órgão do poder público, que realiza atendimento social, ou ainda, por se sentir mais à vontade na busca de um lugar alternativo para a resolução de suas mazelas, a população busca nas casas de “povo-de-santo” uma saída para as suas vulnerabilidades sociais e, também, espirituais.

Parece-nos que é preciso registrar que a Proteção Social Básica se faz presente no território da Tapera, não podemos perder de vista, que a Assistência Social do município de Florianópolis já vem atuando na localidade.

Para tanto, o acesso à informação possibilita que haja uma maior apropriação e empoderamento das famílias, para melhor acessarem os serviços da assistência Social do município, em especial o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na busca de melhores condições objetivas de vida.

2.3 NAS TRILHAS DO CRAS: COMPREENDENDO A IMPORTÂNCIA DA UNIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO TERRITÓRIO DA TAPERA

A Constituição Federal de 1988 coloca a assistência social num patamar de política pública não contributiva, como dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Contempla ainda, o ideal de “igualdade” diante de todos os cidadãos do nosso território brasileiro.

Considerando o ideário de “igualdade”, Costa (2017) assevera-nos:

O ideário de ‘igualdade’ instituído pela Magna Carta contempla ainda alguns anseios do Movimento Feminista e do Movimento Negro que, desde a década de 1930, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) regulamentada os artigos constitucionais, mas diante do recrudescimento neoliberal as mudanças receberam adensamento apenas nos anos 2000 com o governo Lula (2003) e se traduziram na: 1) organização da assistência social sob a forma de Sistema Único (SUAS); 2) busca pelo alcance da transversalidade da promoção da igualdade racial e de gênero nas políticas públicas, por meio de Secretarias com status de Ministério, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Secretaria Especial para Mulheres (SPM), que atualmente encontra-se no bojo da Secretaria Especial de Direitos Humanos (COSTA, 2017, p. 229).

Essa pretensa igualdade, apregoada pela Lei maior da nação, pode ser questionada mediante ao racismo e ao preconceito tão presentes na sociedade brasileira. O racismo é latente na nossa sociedade, porém será negado. Como bem informa-nos a autora supracitada “o racismo brasileiro, entretanto, seguirá sendo negado a partir das noções de construção de uma nação miscigenada assentada numa democracia racial, tendo a mulata como símbolo nacional” (COSTA, 2017, p. 228).

Muitos indivíduos passam por situações de fragilidades ao logo dos percursos de suas vidas, como questões de emprego, moradia, segurança, situação de riscos, problemas de negligências, exclusão social, discriminações/desigualdades de gênero e étnico-raciais. E a proteção social deve atender a todas as demandas existentes na sociedade. Pelo menos é o que se espera.

No campo da Proteção Básica, encontra-se o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), considerado a porta de entrada dos usuários do SUAS. Figueiredo (2016) aponta a necessidade de potencializar os espaços dos CRAS como ambiente formativo da construção identitária de cidadania, ao passo que levar os usuários a participarem ativamente da vida política é também uma tarefa da Política de Assistência Social.

Sobre esse aspecto, a autora sinaliza a importância de haver uma comunicação entre quem está na ponta e os usuários. Assim, é essencial que seja realizada uma aproximação da população usuária dessa política com suas diretrizes, proporcionando uma compreensão sobre a concepção de assistência social como um direito e sobre a importância do reconhecimento do (a) usuário (a) enquanto sujeito político que atue na defesa da manutenção e expansão da política de assistência social, contemplada pela Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que estabelece em seu Art. 1º:

A necessidade social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realiza através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e de sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Percebemos diversas dificuldades dos sujeitos de acessarem as informações e os meios para viabilizarem os direitos que deverão ser garantidos pelo poder público. Assim, esclarecer as pessoas para buscarem os direitos, levando em consideração a existência de um equipamento público, se constituiu como tarefa de aproximação na construção identitária da cidadania.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2009, p. 9).

O CRAS é uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica que oferta serviços às famílias, àquelas que necessitarem, por meio do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF. Conhecido como a porta de entrada, como foi dito anteriormente, para a política de assistência social, o CRAS, que foca, por meio de seus serviços, no desenvolvimento de potencialidades e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a ampliação e o acesso aos direitos, fazendo valer a cidadania.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Sul II, Tapera, está instalado no bairro Ribeirão da Ilha, na Servidão Severiano Firmino Martins, 66, no

município de Florianópolis. É conhecido como CRAS Tapera, porque até o dia 16 de junho de 2021, funcionou num imóvel na Rua José Olímpio da Silva, 280, na Tapera. Trata-se de um serviço público executado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, atrelada à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e vinculada à Diretoria de Proteção Social Básica.

O referido CRAS é de natureza jurídica pública estatal. O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00; desenvolvendo uma política de abrangência regional. Sua área territorial alcança algumas localidades do Sul da Ilha de Santa Catarina: Tapera, Pedregal, Costeira do Ribeirão, Caieira da Barra do Sul, Barreiros do Ribeirão (Sertão), Naufragados e parte do Alto do Ribeirão (perímetro que vai da Capela Santo Estevão até a Freguesia do Ribeirão).

A criação dos Centros de Referências de Assistência Social no município de Florianópolis ocorreu em 2004, com o intuito de desenvolver e implementar políticas públicas no âmbito da atenção básica da Política da Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Atualmente o município conta com 10 CRAS, considerando que o município de Florianópolis já teve 13 CRAS, o fechamento de três CRAS(s) aconteceu pela nova reordenação de territórios, e da gestão municipal anterior achar prudente não manter mais esses equipamentos.

A fundação do CRAS SUL II, conhecido como CRAS Tapera, foi em 01 de junho de 2010, cuja sede ficava num imóvel na localidade denominada Rua das Pérolas, no bairro Tapera. A equipe era pequena, formada apenas por técnicos de nível superior e dois administrativos. Este CRAS foi criado com o objetivo de atender as famílias em situação de vulnerabilidade social na região do Sul da Ilha de Santa Catarina, parte insular município de Florianópolis.

Versar acerca do CRAS SUL II, Tapera, é definir um equipamento da política que tem como característica principal a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além de ofertar serviços e ações, realiza trabalhos com as famílias. Contempla os eixos estruturantes do SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. O primeiro aspecto, se refere a centralidade como núcleo social fundamental para efetivar as ações e serviços da política de assistência social, seja famílias consanguíneas ou aquelas formadas por laços de afetividade. O segundo

aspecto, diz respeito ao território, fator importante para compreender a área onde estão inseridas as famílias que são referenciadas na unidade socioassistencial.

No CRAS a equipe técnica possibilita o acesso aos direitos socioassistenciais e realiza encaminhamentos para demais políticas públicas, de acordo com as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que permite a socialização e a oferta dos programas, projetos e benefícios, na garantia de realizar o fortalecimento de vínculos familiares.

Nesse sentido, trabalhar a questão da garantia de direitos sociais da população torna-se primordial, de modo a reforçar a Assistência Social enquanto política pública não contributiva, caracterizada desde a Constituição Federal de 1988, como dever do Estado e direito de todo o cidadão que dela necessitar. Segundo Schappo (2018), mesmo com os diversos avanços alcançados pós-CF/1988, observa-se ainda uma dificuldade na efetivação desse direito de maneira profissional e imparcial, visto que, em alguns espaços sócio-ocupacionais imperam práticas pautadas na lógica do favor e do personalismo.

É essencial que durante o processo de reconhecimento enquanto sujeitos de direitos, a cidadania esteja atrelada como fator contribuinte da construção de cidadãos. Assim, no CRAS é que acontece a aproximação da população usuária com as políticas públicas. As famílias, ou indivíduos são mediados pelos técnicos, que, por sua vez, são respaldados pelas diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), 1993; as Normas Operacionais Básicas (NOB), 1997, 1998 e 2002 e a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) de 2004. Proporcionando uma compreensão sobre a concepção de assistência social como um direito e sobre a importância do reconhecimento do (da) usuário (a) enquanto sujeito político que atue na defesa da manutenção e expansão da política de assistência social, referenciada pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que assegura em seu Art1º:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 01).

Embora a LOAS assevera-nos que cabe ao Estado garantir e atender as necessidades básicas aos indivíduos que necessitarem, mesmo assim, sabemos que

no capitalismo as necessidades existenciais nunca foram resolvidas. Potyara Pereira informa-nos que “o curioso é que tais necessidades sempre estiveram garantidas nas sociedades primitivas, pré-capitalistas; mas, no capitalismo – fase avançada do desenvolvimento científico e tecnológico – elas nunca foram resolvidas” (PEREIRA, 2011, p.58).

Sem dúvida a LOAS foi uma conquista, fruto de muita luta, da participação popular e de debate acalorado para que os parlamentares aprovassem esta lei tão importante para a Assistência Social. Porém, vemos que as classes subalternas desde longa data precisaram de ações do Estado para poder garantir a sobrevivência. Ainda hoje, tentam resistir a lógica perversa do capitalismo, lógica esta que procura colocar impeditivos para não atender a demanda social. A exploração das massas é realizada pelo sistema, com vistas ao lucro. O social não é visto como algo de interesse para o modo de produção vigente.

As ações dos CRAS seguem um fluxo de atendimento que faz parte de um planejamento acordado pela equipe. A intenção é atender os sujeitos que precisarem acessar as políticas públicas que são direitos, portanto, não podem ser vistas como favor. As famílias podem procurar o CRAS de forma espontânea, podem ser encaminhadas por uma instituição que faz parte da rede socioassistencial, de outras políticas, ou ainda, podem ser procuradas por um assistente social ou psicólogo, a chamada busca ativa.

No momento em que o usuário adentra no espaço do CRAS, na recepção é atendido por um profissional de nível médio, o recepcionista ou o técnico administrativo, que fará a primeira acolhida. Na chegada ao CRAS a família ou indivíduo expõe sua solicitação e informa seu local de moradia. Se o endereço do usuário estiver no território de abrangência do CRAS ele será encaminhado para ser atendido pela equipe do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). É importante destacar, que se trata do processo de trabalho local.

Verificamos que a maior demanda trazida pelos usuários no CRA Tapera, refere-se aos benefícios eventuais, haja vista o aumento da vulnerabilidade que atinge uma grande parcela da população. Daí então, a crescente procura das famílias pela realização do Cadastro Único para acessar os benefícios.

O município de Florianópolis por meio da Lei nº 10.444, de outubro de 2018, instituiu para concessão os benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social: Benefício Natalidade, Benefício Transporte I, Benefício Alimentação e o Benefício Funeral. Também fornece o Cartão Municipal do Idoso, a Carteira do Idoso Interestadual, a Tarifa Social. Os benefícios não eram para ser o centro dos atendimentos, mas sim de prevenção. As necessidades do município, fez com que os benefícios se tornassem o foco dos serviços.

Para operacionalizar as ações que intervêm na regulação das relações sociais, os profissionais realizam o contato direto com os usuários, coletam dados, identificam as demandas. O uso da entrevista é um dos principais instrumentos para a realização dos procedimentos interventivos. Eles trazem suas demandas, seja por demanda espontânea, pela busca ativa realizada pelos profissionais, ou ainda pelos encaminhamentos que chegam aos equipamentos institucionais (TRINDADE, 2013).

Os assistentes sociais, no momento do atendimento, preenchem um formulário socioeconômico ou outro modelo padrão, ao ouvir o usuário, fazem os registros necessários para realizar os devidos encaminhamentos. Os instrumentos utilizados pelos assistentes sociais são ferramentas atinentes aos aspectos técnico-operativos. No entanto, para além de utilizar os recursos para intermediar e ou evoluir nos atendimentos, os profissionais devem estar alicerçados em fundamentos teórico-metodológicos que proporcionem uma condução eficaz e coerente às premissas ético-políticas da assistência social.

A intervenção profissional é um processo complexo, conforme Baptista (2010), que se manifesta num espaço social delimitado, estabelecendo relações estruturais com outros espaços, aproximando-se de outras políticas e áreas de trabalho, como a saúde, a habitação, a assistência, a educação, a previdência, dentre outros. Para assim atender as diversas demandas que vêm das expressões da questão social, fruto das desigualdades oriundas do modo de produção capitalista. Diante de tamanho desafio, as ações profissionais estão sempre sendo criadas e recriadas, com a introdução de novos saberes.

Tendo em vista a desigual distribuição da riqueza socialmente produzida e o insuficiente acesso aos direitos básicos, é necessário pontuar a população negra, homens, mulheres e outros, populações em situação de vulnerabilidade social que compõem o principal grupo de situação de pobreza. Existe uma parcela da população

que desconhece as vias de acesso ao CRAS e procuram geralmente as igrejas cristãs ou os terreiros de religiões de matriz africana para receberem alguma orientação ou saída para suas mazelas.

Dentre um panorama de instituições religiosas que atendem a população no bairro da Tapera, no município de Florianópolis, que recebem os sujeitos com as mais diversas demandas, encontramos um número significativo de casas de “povo-de-santo”. Esta denominação é dada aos centros de religiões de influência africana. Os indivíduos, uma vez marginalizados, procuram os terreiros, tencionam conseguir apoio, acolhida, seja espiritual, seja material. Identificam-se com os terreiros, pois também são centros religiosos marginalizados, vez que “desestruturam os padrões normativos da sociedade” (COSTA; NASCIMENTO, 2019, p.35).

Por esta razão, muitas pessoas se aproximam das religiões afro-brasileiras porque percebem que o terreiro “é um espaço plural passível de qualquer dinâmica relacionada a construção de especialidades integradoras e abertas, possíveis de vivências diversas” (COSTA; NASCIMENTO, 2019, p.25).

Desta forma, são atribuídos aos terreiros papéis simbólicos que vão além do âmbito religioso, também são espaços de sociabilidades e de realização de trabalhos sociais. Segundo Gomes, “Os terreiros realizam um trabalho intersubjetivo junto aos seus frequentadores, podendo se configurar como espaço de pertença, acolhimento e resistência política” (2020, p.89).

Na próxima seção, será apresentado os dados da pesquisa de campo, alguns aspectos dos centros de religiões de matriz africana, lugar de acolhida, de concentração das expressões da cultura africana, de fortalecimento de vínculos, de proteção e inserção social.

3 PERCORRENDO OS TERRITÓRIOS SAGRADOS: OS TERREIROS COMO LUGAR DE MEMÓRIA E PROTEÇÃO SOCIAL

Ser pela liberdade não é apenas tirar as correntes de alguém, mas viver de forma que respeite e melhore a liberdade dos outros.

(Nelson Mandela)

3.1 OS CENTROS DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: EXPRESSÕES DA RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA NA TAPERÁ

As pessoas precisam ser ouvidas, elas são os sujeitos da história, são as testemunhas que vivenciam ou vivenciaram os acontecimentos da realidade social em que elas estão inseridas. Portanto, a história oral contribui em grande medida para o enriquecimento da nossa pesquisa. Os indivíduos possuem em suas memórias particularidades que ajudam a desvendar certos dilemas, fatos, pois, com elas também aprendemos. Segundo Thompson, “com elas se aprende algo mais do que o simples conteúdo. As gravações demonstram como é rica a capacidade de expressão das pessoas de todas as condições sociais” (1992, p.41). Assim, utilizamos das fontes orais para compreender a realidade social, levando em consideração que as pessoas são dotadas de histórias, carregam consigo experiências vividas, compartilhadas com outros sujeitos históricos.

Chama-nos a atenção para a memória dos entrevistados, que socializaram suas experiências, seus olhares, suas interpretações acerca do cotidiano das casas de “povo-de-santo”. Realizamos entrevistas, respeitando o protocolo de segurança, seguindo os métodos de higiene e precauções em virtude do momento atípico em que vivemos: a pandemia da COVID-19. Portanto, visitamos 5 terreiros, dentre os 42 existentes no bairro. Conhecemos *in loco*, os espaços religiosos e os responsáveis por estes centros de fé. Foram seis mães-de-santo e um pai-de-santo, que nos deram acolhida e esclarecimentos acerca das vivências cotidianas das casas de culto aos orixás.

Os estudos de campo foram imprescindíveis para a elaboração da análise e toda a produção desta investigação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizando-se do olhar empírico possibilitou-nos elucidar a realidade social. Na pesquisa qualitativa, a fase de campo, segundo Minayo, “consiste em dialogar com a

realidade concreta a construção teórica elaborada na primeira etapa. Essa fase combina observação, entrevistas ou outras modalidades de combinação e interlocução com os pesquisados” (2016, p.25).

A entrevista é o espaço do diálogo que permite-nos conhecer e ampliar a perspectiva da realidade. Possibilita-nos olhar o sujeito de uma forma integral. “Permite trabalhar com os aspectos sociais, políticos, ideológicos, culturais, afetivos e religiosos postos durante o seu desenvolvimento” (SANTOS; NORONHA, 2010, p.51).

O conhecimento gerado pelo outrem, expressando as suas práticas, os seus costumes, as suas experiências, os seus acertos, seus erros e as suas dificuldades, são contribuições, subsídios para o estudo, contributos na formação de novos discursos, novas reflexões.

Cabe salientar, que não se tratou de atendimentos, de intervenções profissionais entre um técnico e um usuário, todavia uma interação foi estabelecida, no intuito de estreitar vínculos com centros de religiões de matriz africana, mapear os terreiros existentes no bairro e verificar as ações assistenciais desenvolvidas nesses espaços. Decidimos escutar os responsáveis pela direção dos terreiros, pelas ações desenvolvidas nestes centros religiosos, ora ações ligadas à espiritualidade, ora ligadas ao social.

“A entrevista é o estabelecimento do diálogo que vai se realizando à medida em que vamos desvelando o real, o concreto e ampliando a consciência crítica [...]” (SARMENTO, 2013, p.116). Dessa forma, a experiência de ter realizado as entrevistas com as lideranças do “povo-de-santo” foi de grande valia. Nos aproximamos de uma realidade que até então não conhecíamos. Adentramos num campo religioso e social, no caso, além de procurarmos ter um olhar antropológico sobre as situações vivenciadas.

Com efeito, nos deparamos com cenários de representações das religiões afro-brasileiras, que acabam recebendo variadas demandas, principalmente as que envolvem as expressões da questão social⁹. Estes cenários estão presentes em algumas ruas da Tapera, às vezes discretos, quase invisíveis, templos por trás de

⁹ Segundo Octavio Ianni (1991, p. 2), “A questão social é um tema básico e permanece na sociedade brasileira e influencia o pensamento e a política de muitos”. “As tensões sociais no campo e cidade, os riscos de explosão do descontentamento popular, as lutas pela conquista de direitos, a construção de uma sociedade mais justa”.

muros, de portões, com poucas sinalizações (placas que indicam: choupana, barracão, centro espírita ou terreiro); outras, com placas indicando o nome da instituição religiosa, mais vistosos, com melhor acessibilidade e sinalização. São casas de “povo-de-santo” que cultuam os orixás, que fazem rezas, valorizam a ancestralidade africana, que preenchem os quatro cantos do bairro, locais onde são tocados os tambores, os atabaques, onde os ambientes ficam iluminados, não só pela energia elétrica, mas também pelas velas e seus congás e são decorados com flores e imagens sacras.

Nestes templos, pudemos constatar que há os mais simples, instalados em edificações cobertas de telhas de amianto, com pisos de cerâmica ou assoalhos de madeiras e com imagens de divindades mais singelas. Como também, há espaços mais amplos, suntuosos, com pisos de porcelanato, papéis de paredes decorados, imagens sacras com mais de um metro de altura, e com melhores acomodações para os dirigentes, seus auxiliares e para os consulentes.

Alguns destes centros religiosos existem na comunidade há mais de quatro décadas, como a “Casa P. D. L”, que atua há 40 anos; também a “C. C. P. A”, dirigida por duas mães-de-santo, desde novembro de 1992. E ainda, a “O. R. C. O”, presente na comunidade há 30 anos.

As lideranças religiosas que foram entrevistadas, são na sua maioria formada por mulheres, mães-de-santo ou sacerdotisas e um pai-de-santo. A faixa etária da maioria é a de meia idade. Chamou-nos atenção para a relação de parentesco, alguns terreiros foram herdados de mãe para filho(a), outros é possível perceber que mãe e a filha biológica atuam juntas, comandam as celebrações ou rituais num dos terreiros.

Os centros de religiões de matriz africana são redutos de acolhida, fortalecimento de vínculos com a negritude, de permanência dos segmentos culturais afro-brasileiros, referência para os povos tradicionais de matriz africana.

No entanto, quem são os frequentadores desses terreiros? O que as pessoas acabam buscando nestes espaços? É o que vamos compreender no próximo subcapítulo.

3.2 OS MEDIANEIROS DOS TERREIROS E O PÚBLICO QUE PROCURA AS POSSÍVEIS “CONSULTAS”

Os terreiros na Tapera contam com os medianeiros, são médiuns, que servem de aparelhos para que a espiritualidade possa trabalhar pela expansão da caridade, e com os consulentes, pessoas que procuram estes espaços de oração para consultar os orixás, ou entidades espirituais. O público fica na assistência, ou seja, assistem a *gira* ou os rituais, ou celebrações. Os indivíduos que procuram consultar os médiuns incorporados com as entidades específicas, caboclos, pretos velhos, ciganos. Os que ficam na assistência, os consulentes, esperam por uma consulta ou por um passe.

Nas conversas que realizamos com os (as) responsáveis pelas casas, percebemos que a maioria dos que frequentam os terreiros, são pessoas que moram em outras comunidades: *“Tem da comunidade e tem muitas pessoas que são de fora. Meus filhos-de-santo, a maioria são tudo de fora. Mas os vizinhos também participam, de vez em quando, vem assistir no terreiro”*¹⁰.

Outra Mãe-de-santo também destaca a presença de trabalhadores, médiuns de outros bairros, que participam juntamente com os da comunidade: *“Eu tenho pessoas dos Ingleses, pessoas que já moraram na comunidade, hoje moram na Palhoça, lá no bairro de São Sebastião. Têm pessoas do Campeche, do Estreito, têm pessoas aqui da comunidade”*¹¹.

Já em outros terreiros, a média dos trabalhadores e dos frequentadores, são de outras localidades: *“A gente tem pessoas que vêm normalmente, são frequentadores há muitos anos e são pouquíssimas pessoas da comunidade que vêm aqui”*¹².

Pela razão destes centros de Candomblé e de Umbanda estarem inseridos na Tapera, não nos restam dúvidas que muitos moradores do bairro, acabam conhecendo os templos religiosos:

*Da comunidade nós temos em torno de 150 membros da casa. Esses médiuns são frequentes todo o mês e que são divididos em quatro sessões mensais e, também, a comunidade vem assistir*¹³

A gente tem cerca de 50 frequentadores assíduos. Têm algumas pessoas que vêm, vão embora, às vezes, só passam, às vezes, vêm

¹⁰ Mãe A. Entrevista realizada em 08/12/2021.

¹¹ Mãe R. Entrevista realizada em 24/11/2021.

¹² Mãe S. Entrevista realizada em 27/12/2021.

¹³ Pai A. Entrevista realizada em 06/12/2021.

uma vez por ano, duas vezes, três vezes [...]. A maioria mora na comunidade¹⁴.

Sabemos que, como existe uma variedade de terreiros, como dito anteriormente, 42 no total, verificamos que em algumas casas de “povo-de-santo”, a maioria das pessoas, tanto médiuns, como público espectador, são de outras localidades de Florianópolis ou de outros municípios do estado de Santa Catarina.

Os perfis das pessoas que frequentam os terreiros, no que diz respeito ao nível social, variam entre classe popular e classe média. Ao indagarmos os sacerdotes (Babalorixás) e as sacerdotisas (Ialorixás) das religiões afro-brasileiras, nos informaram com veemência:

Todos são de baixa renda. Tanto que eu nem cobro mensalidade¹⁵.

Eu tenho alguns de baixa renda. A maioria é da classe média. Tem um pouco de classe mais abastada. Mas, também porque são meus amigos de muitos anos, da Universidade, pessoas que têm outras relações comigo¹⁶.

Interessante que, para muitos líderes religiosos, essa questão acerca da posição social ou renda dos que participam dos terreiros ou que acompanham nas noites de gira ou festejos, não tem relevância alguma, não importa saber esta distinção e esclarecem sobre isto:

Eu vou dizer uma coisa: quando entrou do portão para cá, a gente não quer saber se é rico, se é pobre. Nós somos todos do mesmo nível aqui dentro, entendeu? Ai eu tenho dinheiro! Não existe isso aqui¹⁷.

O nosso terreiro é bem mesclado, né. Nós temos a função de pedir para os médiuns, tirar os sapatos quando entram no templo. E aqui somos todos iguais. Nós temos desde médicos, advogados, juízes e até pessoas que fazem faxina ou desempregadas. Então, ele é aberto a todos, tem toda essa mescla da comunidade, como de toda Florianópolis¹⁸.

¹⁴ Mãe B. Entrevista realizada em 25/10/2021.

¹⁵ Mãe R. Entrevista realizada em 24/11/2021.

¹⁶ Mãe S. Entrevista realizada em 27/12/2021.

¹⁷ Mãe L. Entrevista realizada em 25/10/2021.

¹⁸ Pai A. Entrevista realizada em 06/12/2021.

Não transparece nenhuma preocupação em dar importância às condições financeiras os medianeiros das casas de axé. Pelas falas dos líderes espirituais, tentam seguir a mensagem de caridade que é tão apregoada pelos movimentos religiosos. *“Ah! Tudo misturado, do alto ao baixo. Ninguém vai estar falando quem é quem, não é? Mas, quanto estamos todos juntos, todos são irmãos. Tudo igual”*¹⁹.

As religiões afro-brasileiras trazem uma mensagem de caridade, de solidariedade, de ajuda ao próximo. São lugares que acolhem todos os tipos de demandas que são trazidas pelos indivíduos que procuram um apoio, uma palavra de consolo, uma orientação ou ainda, alguma resolutividade aos seus problemas.

Na convicção de encontrarem uma alternativa para atender as suas angústias, necessidades, preocupações, os consulentes se dirigem a um terreiro, para consultar algum médium que realiza a leitura dos búzios, ou que trabalha incorporado com os exus, pomba giras, ou, até mesmo, um atendimento fraterno com os sacerdotes ou sacerdotisas.

As demandas são múltiplas, e de várias ordens: de cunho íntimo, de namoros, aproximação, reconciliação, conseguir pretendentes, empregos, moradia, alimentação, renda, e é claro, as demandas de caráter espirituais.

*Geralmente é a falta de trabalho. Agora mesmo, atual, é bem isso assim. Mas, falta de trabalho, alimentação, às vezes, também tem a questão da dissolução familiar, por exemplo, se separou, perdeu o marido ou a esposa. Não tem ninguém mais na vida. A maioria daqui é o resgate ancestral [...] Que o trabalho não está rendendo, entrega o currículo tudo quanto é lugar, que precisa fazer alguma coisa [...]. Tem mulheres que vem por causa de homem, né; e homem por causa de mulher*²⁰.

A maioria das pessoas que procuram os centros de Candomblé ou de Umbanda são porque têm alguma necessidade de ordem espiritual ou material, porque sentem dificuldades com alguma doença ou porque não estão bem financeiramente.

*Ah! Vem muita gente aqui, né. Mais é doente, precisando de ajuda espiritual. Gente com necessidade para o trabalho, que procura trabalhar porque está passando necessidade. Busca de paz e harmonia*²¹.

¹⁹ Mãe L Marques. Entrevista realizada em 25/10/2021.

²⁰ Mãe B. Entrevista realizada em 25/10/2021.

²¹ Mãe A. Entrevista realizada em 08/12/2021.

A maioria das pessoas, por incrível que pareça, têm uma preocupação profissional muito grande. Então, a maioria é emprego. As pessoas vêm atrás de ajuda para conseguir emprego, ajuda para conseguir uma casa, ajuda para conseguir materiais (...). No primeiro ano da pandemia, nós tivemos uma grande doação de cestas básicas e aí foi para a comunidade²².

A crise sanitária, provocada pela pandemia de COVID-19, afetou muitas pessoas em todas as partes do globo e, entre elas, as famílias mais vulneráveis foram as mais afetadas, pois já tinham que conviver com problemas de falta de emprego, de comida, de infraestrutura para ter uma vida saudável e em condições de suprir suas necessidades básicas. Neste contexto, os terreiros se tornaram referências para socorrer aquelas que buscavam ajuda.

E no primeiro momento da pandemia foi bem difícil, porque foi a população que mais sofreu, que foi atingida diariamente, pela falta de emprego, pela falta de política pública, e aí pediam socorro e nós fomos atrás das pessoas que frequentaram aqui, dos filhos da casa²³.

A carência emocional ganha destaque nos comentários dos (as) líderes religiosos (as):

A demanda maior é a questão da carência. Ela vem com uma força psicológica, devido a toda questão da própria sociedade, a questão do apoio social²⁴.

O vazio, a solidão, querem colo. Tem gente que quer colo, a carência²⁵.

Podemos inferir que as pessoas se identificam com os terreiros, de acordo com o sentimento afetivo, a confiança, os laços de solidariedade, em consonância às suas semelhanças, ou pelo respeito às diferenças.

De acordo com Sawaia (1995), os terreiros podem ser considerados “um espaço identitário não-segregacionista, um lugar de encontro e conexão que apazigua o processo de individualização e fragmentação impostos pela modernidade” (SAWAIA, 1995, *Apud* Gomes, 2020, p. 96). Lugar que promove o protagonismo

²² Mãe S. Entrevista realizada em 27/12/2021.

²³ Mãe S. Entrevista realizada em 27/12/2021.

²⁴ Pai A. Entrevista realizada em 06/12/2021.

²⁵ Mãe L. Entrevista realizada em 25/10/2021.

coletivo, que reforça o encontro dos grupos identitários, em que se compartilham os mesmos ideais, que mescla moradores do bairro com outras comunidades; “tornando estes espaços um lugar de referência para reivindicação de direitos e se configurando como uma experiência de sobrevivência psíquica e social compartilhada” (Gomes, 2020, p. 96).

Estes espaços são estratégicos, pois contribuem para a autoestima, para o fortalecimento do coletivo negro, salvaguarda dos conhecimentos da ancestralidade, além de possibilitar a formação de movimentos organizativos, lugares de lutas e resistências e de apoio em momentos de dificuldades.

As desigualdades sociais perpassam a história brasileira, muitos processos de luta e resistência, tentativa de pôr fim à discriminação racial, à pertinência pela inferioridade da população negra. E nesse afã de resistência e de mudança social, muitas pessoas passam a frequentar os terreiros, identificam-se com a proposta da religião e descobrem o sentimento de pertença, pois criam laços de afinidades num ambiente de africanidade.

3.3 OS TERREIROS E AS SUAS AÇÕES SOCIAIS: AS PRÁTICAS ALÉM DO ASPECTO RELIGIOSO

No campo de estudos sobre as religiões de matriz africana, deparamo-nos não só com as manifestações ligadas ao sagrado, aos rituais, seja nos momentos de *gira*²⁶, ou de *camarinha*²⁷, mas também de práticas sociais que envolvem indivíduos e famílias da comunidade. Nestes ambientes é possível presenciar a realização de trabalhos sociais, realizados pelas casas de “povo-de-santo”, que, muitas vezes, contribuem para minimizar as agruras sofridas pela população que está em situação de vulnerabilidade social. Um dos aspectos que nos chamou a atenção é com relação à questão alimentar. Todos os terreiros que foram visitados, as lideranças religiosas

²⁶ Termo utilizado para identificar o dia em que o médium incorpora, dança, celebra festas aos orixás, cessão e ou ritual, arriar o santo na casa de povo-de-santo.

²⁷ A Camarinha é um ritual de Umbanda que tem o peso de uma iniciação para o povo do Candomblé, porém, na Umbanda e no Candomblé possuem simbologias diferentes. A camarinha consiste no recolhimento do médium para um ritual de preparação da cabeça, ou seja, fazer com que tenha uma melhor evolução do Orí para assim permitir uma melhor manifestação do orixá e das entidades guias.

transpareceram a preocupação de agir para combater a fome, garantir a alimentação das famílias.

Eu gosto de fazer o social. Eu gosto muito de ajudar as pessoas, ajudar com cesta básica (...). Agora com essas que teve aí, o novo coronavírus, eu ajudei com 200 cestas²⁸.

Temos um nutricionista, que uma vez por mês, ele atende as pessoas da comunidade. E, além disso, nós temos uma assistente social, uma menina que trabalha na Prefeitura e agora está no Estado, que ajuda a cadastrar famílias para que a gente possa doar cestas de alimentação, todo o mês, para as crianças e famílias²⁹.

Nos deparamos com exemplos de ampliação da cidadania, de conquistas de direitos e fortalecimento dos aspectos culturais.

Muitas destas ‘novas formas de exercício da cidadania’, no que tange às práticas políticas próprias das redes religiosas de matrizes africanas, carecem ainda de conhecimento e reconhecimento – acadêmico e social. Nosso entendimento é o de que, neste contexto, as práticas políticas estão consubstanciadas naquilo que aqui denominamos ‘ações sociais’ (FONSECA, 2013, p.65).

Os terreiros de Umbanda e Candomblé são unidades que servem de referência para as pessoas da comunidade, principalmente da população negra que de acordo com o recorte de classe, no âmbito da sociedade capitalista, é a parcela da densidade demográfica que mais sofre com as dificuldades de se manter num sistema que promove desigualdades. A procura pelo terreiro não se dá só pelo viés religioso, mas pelas ações educativas, culturais, de apoio e de fortalecimento de vínculos.

Alguns grupos realizam um trabalho de consciência política, de cidadania. Se organizam para reivindicar direitos, prestam serviços em prol dos indivíduos que estão passando por dificuldades, criam eventos, cursos, palestras, para estudar a cultura africana, a presença dos orixás nas manifestações religiosas, as expressões das línguas africanas e a ideia de ancestralidade, cultuar os antepassados, valorizar as origens.

As casas de oração, estão mais próximas das pessoas, do que os órgãos públicos formais, na ausência destes, os terreiros são verdadeiros refúgios. Segundo

²⁸ Mãe A. Entrevista realizada em 08/12/2021.

²⁹ Pai A. Entrevista realizada em 06/12/2021.

Fonseca (2013), os terreiros são unidades de resistência ao modelo capitalista, possibilitando a emancipação de integrantes da comunidade, atuam como se fossem “quilombos urbanos”, valorizando as permanências culturais das identidades africanas.

Em alguns terreiros há cursos de pré-vestibular gratuito, trabalhos de educação comunitária, apoio jurídico e contábeis. Sem contar que muitos responsáveis pelos terreiros mãe e pai no santo participam diretamente na política através de movimentos sociais contra a intolerância religiosa, violência contra a mulher, contra a homofobia, entre outros. Contribuindo para trazer esses debates para dentro dos terreiros (CARDOSO, 2015, p.31).

Nestes espaços, na ausência de uma instituição formal, do Estado, as casas de “povo-de-santo” apresentam-se como alternativas de acolhida, centro de apoio, que praticam ações sociais e reforçam a identidade negra. Além de realizarem doações de cestas básicas e roupas, também desenvolvem atividades culturais, cursos de línguas africanas, capoeira, movimentos organizativos para reivindicar melhorias para o bairro, como participar de manifestações em prol de mais médicos na Unidade Básica de Saúde da Tapera.

A gente começou a fazer seminários, palestras, coisas que a gente tenha o nosso conhecimento e expandir. Aí a gente começou a estudar os itãs, o que os orixás queriam da gente, do nosso comportamento. Porque não é só girar, só rodopiar. A gente começou a entender, primeiro internamente, aí as pessoas começaram a entender o pertencimento delas diante da comunidade. Fazer partes do projeto também. Aí a gente começou a implementar a capoeira. Agora vamos fazer a horta comunitária. [...] Teve um professor que dava aula de ioruba, ele era da Nigéria. Teve também um professor, historiador, veio dar aula de batuque, de onde o batuque veio³⁰.

Percebemos a preocupação com a sociabilidade, o fortalecimento de vínculos e a pertinência pela cidadania. Exemplo como a casa de batuque, “C.C.P.A.”, que tem uma aproximação bem interessante com os moradores da comunidade, também a “O. R. C. O.”, tem a preocupação de criar um grupo de mulheres idosas, para trabalharem

³⁰ Mãe B. Entrevista realizada em 25/10/2021.

com a arte, desenvolver atividades manuais, pinturas em pano de pratos, pinturas em telas, confecções de bordados e crochês.

Nós estamos com um projeto para a terceira idade. Nós paramos por causa da COVID-19, mas essas senhoras vêm até o templo para fazer o crochê, bordados e pinturas. Vai fazer quase dois anos que a gente está parado, precisamos fazer esse chamado de novo, para acolher a terceira idade. É um trabalho social com a terceira idade³¹.

As práticas sociais, que também são consideradas de proteção social, embora não sejam regulamentadas, tipificadas segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, são também necessárias e têm a sua importância, pois possibilitam alternativas aos sujeitos em condições de vulnerabilidades, mesmo que seja pela linha da caridade, da solidariedade. De acordo com Geraldo Di Giovanni (1998, p.14):

Pode-se encontrar nas sociedades contemporâneas, ao lado de um complexo institucional público altamente especializado, outros tipos de sistemas de proteção social, organizados em diversos graus de mercantilização, que atuam ou nas fronteiras dos sistemas oficiais, de modo subsidiário e complementar, ou ainda de modo coordenado, com diferentes graus de interação e compatibilidade com as funções estatais de proteção.

Desta forma, quando pensamos em sistemas de proteção social, não podemos esquecer que além das instituições, como o Centro de Referência de Assistência Social, o Centro de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, de crianças e adolescentes, existentes no bairro da Tapera, temos as formas de solidariedade social constituídas pelos centros religiosos, como no caso, os terreiros. Estes, desenvolvem atividades de relevância social e aqui propomos dar visibilidade no que tange a vida coletiva.

Os centros religiosos de matriz africana apresentam-se como espaços potencializadores para agregar os sujeitos que não têm expectativas de “ajuda” do poder estatal. O capital com sua perversidade, ao mesmo tempo que é excludente, tem a tendência de naturalizar as pessoas que vivem na periferia, rotulando como indivíduos passivos, subalternos, muitas vezes desestimulados, não possuindo

³¹ Pai A. Entrevista realizada em 06/12/2021.

expectativa de futuro, distanciando da possibilidade de obter a ascensão social. Nesse contexto, a religião surge como uma possibilidade de transformações.

A religião reproduz e reforça a estrutura social, mas pode ser um fator de conscientização, de resistência e de mobilização social. Ela pode reforçar o sentimento e dignidade, restabelecer a esperança, estimular a luta e a resistência de populações dominadas, mostrando-lhes o seu valor e garantindo-lhes a ajuda de seres espirituais. Como tem sido bastante apregoadado, a religião de origem africana tem apresentado como poderoso fator de resistência à dominação cultural e de afirmação de identidades étnicas (FERRETI, 2007, p.3).

A ideologia capitalista tem o propósito de naturalizar a desigualdade social, como sendo resultado da falta de interesses ou de esforços dos indivíduos de não perseverarem ou não se esforçarem para buscar o êxito econômico e social, não insistem no empreendedorismo, e nos estudos. Essa lógica reflete como se todos tivessem a mesma oportunidade na sociedade. Temos os adágios que expressam esse pensamento conservador do espírito capitalista “o Sol nasce para todos” ou “Deus ajuda quem cedo madruga”.

As ações sociais são desenvolvidas pelas instituições religiosas desde longa data. A Igreja Católica foi precursora nos trabalhos ligados ao social. Estabeleceu uma relação de moralização, assistencialismo e caridade. Castro (1993) informa-nos que dentro da referência social da Igreja Católica, as damas de caridade desenvolveram um trabalho de assistencialismo, com o intuito de reajustar a população pauperizada. Não é o Capital que vai financiar os projetos para assistir as classes populares, mas sim o Estado, que vai tentar atender as necessidades da sociedade, paralelamente com a atuação da Igreja.

Por esta razão, tradicionalmente, a prática da ajuda, da solidariedade está associada aos movimentos religiosos, não é em vão que muitas pessoas procuram uma instituição religiosa para solicitar uma doação, um recurso para manter a sua sobrevivência.

As casas de “povo-de-santo” buscam ser ambientes democráticos de inclusão e de acolhida. O hino da Umbanda, por exemplo, traz o lema “paz e amor”, mostrando-se uma crença de união, de respeito, sem distinção alguma, seja de cor, de gênero,

de etnia, de credo e de posição social. Talvez por isso que os centros religiosos de matriz africana sejam tão procurados.

Verificamos que as religiões de matriz africana abraçam a diversidade religiosa, política e sexual, não havendo nenhum tipo de práticas discriminatórias.

Nós somos agentes políticos, mas de uma política diferente, sabe, de ação comunitária. Porque vai vir, vai voltar político, e a gente vai estar aqui. Então, não adianta nos se associar com o político 'X', político 'Y', às vezes a gente se queima por causa da política deles. Eles vão embora, e a gente continua. E as pessoas que estão aqui dentro, elas são plurais. A gente não pode se associar com um político de direita que não gosta de gays, não gosta de LGBTs. A gente não pode se associar com quem é contra o indígena, contra negro, contra mulheres, não dá, sabe? Contra pobre etc.³².

Não interessa a opção sexual, não interessa para nós. Interessa que a pessoa queira se ajudar, para a gente pode ajudar. Isso é que interessa para nós. E a gente tem aqui³³.

Pode-se dizer então que, os terreiros de religiões de matriz africana acolhem os grupos sociais marginalizados da sociedade, praticam a inclusão e o respeito à diversidade sexual, aceitando o indivíduo na sua orientação sexual. Nesta perspectiva,

[...]ressalta-se que as religiões afro-brasileiras e de matriz africana, ao respeitar o gênero e a identidade, fazem com que grupos excluídos da sociedade normativa, [...], as travestis, idealizem nesses espaços, a possibilidade de serem reconhecidas socialmente (COSTA; NASCIMENTO, 2019, p. 32).

Para muitas religiões, o termo homossexualidade é visto como um pecado, algo abominável, uma doença, visto como algo “não natural”. Não é aceito no Catolicismo e nem em algumas igrejas evangélicas, pois, segundo algumas interpretações equivocadas de textos bíblicos, a homossexualidade é encarada como uma imoralidade e perversão.

O que determina a preferência sexual de uma pessoa é ela mesmo e não a entidade, aliás, ninguém tem ingerência sobre este assunto, isso é um pensamento machista e preconceituoso, a Umbanda não coaduna com pensamentos retrógrados. Ninguém vira ou se torna homossexual, ou ela é ou não é, isso é uma característica dela e deve ser respeitado³⁴.

³² Mãe B. Entrevista realizada em 25/10/2021.

³³ Mãe L. Entrevista realizada em 25/10/2021.

³⁴ Apostila Conceito Básico da Umbanda. In: <http://0201.nccdn.net>. Acesso em: 15 de fev. de 2022.

Nesse viés, é muito cômodo colocar o peso da culpa na entidade espiritual. As pessoas se identificam com as energias dos orixás, alguns indivíduos já possuem uma orientação sexual definida e extravasam nos seus comportamentos, atribuindo aos seus “santos de cabeça” ou “guia de frente”³⁵.

De modo geral, as religiões de matriz africana possuem respeito no que se trata as orientações sexuais das pessoas. A caridade e a fraternidade são os lemas defendidos nestes movimentos religiosos, admitindo todos os tipos de pessoas, de etnia, gênero, e condição social.

Os rituais desenvolvidos nesses centros religiosos buscam trazer a harmonia, o equilíbrio e o aprendizado das histórias sagradas dos orixás.

*Fazer aquilo que os orixás nos ensinam, de alguma forma, que é viver melhor, viver com saúde, viver em comunidade, trabalhar o ori, que é a nossa cabeça individual [...]. E para isso a gente precisa cumprir uma certa missão aqui, que é viver em harmonia, em alegria, viver bem*³⁶.

São núcleos onde as pessoas procuram ser solidárias, acolhendo aqueles que precisam resolver suas demandas. “Na saúde, na doença, no emprego, no abrimento de caminho”³⁷.

Por ser tratar de núcleos que desenvolvem atividades religiosas, ou seja, voltadas à espiritualidade, percebemos que nas falas dos sacerdotes ou sacerdotisas, o trabalho mediúnico é o aspecto principal desenvolvido nas casas de “povo-de-santo”. Sentido maior dos espaços sagrados.

*“Zelar pelas pessoas, acolher primeiro o ser, logo após identificar a mediunidade e desenvolver os orixás desses que são médiuns da casa”*³⁸.

Ajudar as pessoas que me procuram para entrar no santo, a se evoluir, a lapidar o santo, aqueles que precisam. Os que não querem entrar,

³⁵ É a entidade de chefia a coroa do médium, é representante direto de seu Orixá Regente. É responsável em comandar todas as entidades e guias para trabalharem na coroa do médium, ela traz as orientações e ordens diretas do Orixá Regente. São os mentores.

³⁶ Mãe B. Entrevista realizada em 25/10/2021.

³⁷ Mãe R. Entrevista realizada em 24/11/2021.

³⁸ Pai A. Entrevista realizada em 06/12/2021.

*mas têm santo, a gente procura ajudar, que eles não atrapalhem, mas que eles continuem dando abrimento de caminho*³⁹.

No tocante às questões voltadas à espiritualidade, os adeptos da Umbanda, acreditam que algumas pessoas possuem a mediunidade, ou seja, são dotadas de percepções, faculdades de se comunicar com espíritos, ou servir de canal, veículo para que um espírito desencarnado possa acoplar no encarnado, utilizando-se de suas energias anímicas. O médium é uma espécie de porta-voz das entidades (espíritos) ou dos orixás, é a ponte entre os vivos e os espíritos.

Quando a mãe-de-santo R. comenta sobre uma pessoa “tem santo”, ela se refere a um indivíduo ter alguma faculdade mediúmica, a ponto de algum orixá acompanhá-lo, basta desenvolver, doutrinar, a fim de trabalhar ou não na seara do bem.

Os terreiros, ao longo da história brasileira, foram se configurando como espaço de proteção da identidade negra, de fortalecimento da cosmovisão das religiões de matriz africana e de conexão afetiva entre sujeitos que vivenciavam e vivenciam inúmeras formas de segregação material e simbólica no cotidiano das cidades e do campo (GOMES, 2020, p. 90).

Os terreiros da Tapera apresentam-se num misto de casas de oração e remanescentes das práticas culturais africanas, que remontam ao Brasil colonial. Lugar de resistência, por se tratar de crenças não bem-vistas pelos católicos e pelas diversas correntes evangélicas. Mas, que acabam recebendo muitos visitantes e adeptos ao axé.

No Brasil, historicamente, os negros foram submetidos a um processo de escravidão, violências e mesmo com a abolição da escravatura, em 1888, sofreram e sofrem o estigma do passado de exploração, segregação e desigualdades sociais. Atualmente, o racismo é um aspecto estruturante, pois o espectro do preconceito racial permanece sobre a população de origem africana. População que sofre todos os tipos de negligências e violação de direitos.

“O racismo estrutura a inacessibilidade dos negros aos recursos materiais e simbólicos da sociedade até os dias atuais” (GOMES, 2020, p.90). É notório o racismo

³⁹ Mãe R. Entrevista realizada em 24/11/2021.

no Brasil, embora velado por uma falsa democracia racial. As desigualdades sociais, a segregação com os negros, que sofrem por falta de perspectivas para concluir os estudos, ingressar numa universidade, entrar no mercado de trabalho, serem aceitos na sociedade. Desta forma, acabam ocupando áreas da periferia das cidades, residindo em comunidades com pouca infraestrutura, com poucos serviços públicos.

Percebemos que a gestão atual, do governo federal, não se responsabiliza por criar alternativas para promover o desenvolvimento de condições para tirar a população negra da vulnerabilidade social. Não promove políticas de ações afirmativas, políticas de identidades sociais.

Para Mignolo, *Apud*, Gomes (2020, p. 91) “a matriz racial de poder é um mecanismo pelo qual não somente as pessoas, mas as línguas e as religiões, conhecimentos e religiões do planeta são racializados”. Vemos permanências do modelo colonialista, patriarcalista e eurocêntrico, em que as pessoas brancas se autodenominam superiores, determinando regras civilizatórias, utilizando-se de discursos acerca da ideia de raça, para justificar a exploração econômica e legitimar um sistema de hierarquia. Situação típica do capitalismo, que organiza ideologias de classes, onde um branco, detentor de meios de produção é superior ao negro. Este último tem um passado ligado à subalternidade.

Rancière (1996) *Apud* Gomes (2020, p. 91) informa-nos que “famílias negras e pobres, buscam os terreiros como uma forma de pertença e resistência frente aos ataques aos modos de vidas marginalizados pela hegemonia racista e eurocentrada”.

Desta forma, há uma preocupação em dar visibilidade às chamadas Comunidades Tradicionais de Matriz Africana – CTMAS, referenciadas no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana – SEPRIR, de 2013. Percebe-se que está faltando um levantamento de dados oficiais em âmbito federal. Segundo Gomes, “resultado de um processo de estigmatização e exclusão da cultura africana historicamente estruturado pelo racismo” (2020, p. 89).

O II Plano Decenal de Assistência Social 2016-2026 traça diretrizes e objetivos estratégicos, prioriza: a Assistência Social Acessível a todos. Destaca na diretriz 1: Plena Universalização do SUAS, tornando-o completamente acessível, com

respeito à diversidade e à heterogeneidade dos indivíduos, famílias e territórios” (2016, p.27) Tendo como um dos objetivos estratégicos:

Considerar, na regulação do SUAS: i. as diversidades e especificidades de públicos: indígenas, quilombolas, ciganos, população negra e outros grupos étnico-raciais; migrantes, refugiados, população em situação de rua e outros grupos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos; gênero e população LGBT; ribeirinhos, pescadores, marisqueiros, comunidades de religião de matriz africana e de terreiro, e outros povos e comunidades tradicionais; geracional; presença de deficiência e/ou dependência de cuidados; pessoas retiradas da situação de tráfico de pessoas; famílias com presença de trabalho infantil; e ii. as diversidades e especificidades territoriais, tais como áreas de fronteira, de grande extensão territorial, semiárido, Amazônia legal e territórios rurais.

Vemos que as comunidades de religião de matriz africana é também objeto de atenção para as políticas públicas, vez que são valorizadas nas suas singularidades.

Sobre a existência de aparelhos estatais na comunidade que desenvolvem políticas públicas, a fim de desenvolver o atendimento às necessidades sociais e a universalização dos direitos sociais, no caso o CRAS, perguntamos aos entrevistados se conheciam a rede pública formal de proteção social. Para a nossa surpresa, alguns conheciam, mas outros não souberam responder. *“A gente conhece a questão do CRAS, que dá esse apoio, que já procurou nós para pedir orientação, algum tempo atrás”*⁴⁰.

Acerca da possibilidade de os terreiros realizarem algum tipo de encaminhamento para as instituições públicas, como Unidade Básica de Saúde, escolas, creches, CRAS (s), constatamos que falta uma aproximação e conhecimento no que diz respeito aos serviços públicos existentes no bairro. Não há clareza da possibilidade de referenciar as políticas públicas da comunidade.

*“A gente fala: olha porque está acontecendo, vai ali no CRAS, talvez eles poderão resolver para vocês. Se o CRAS não resolver, vão para a Defensoria Pública”*⁴¹.

⁴⁰ Pai A. Entrevista realizada em 06/12/2021.

⁴¹ Mãe R. Entrevista realizada em 24/11/2021.

Uma das líderes religiosas já trabalhou no CRAS da comunidade, já foi cadastradora do Cadastro Único para Programas Sociais, portanto conheceu um pouco como funcionava os fluxos de atendimentos da unidade.

“Todas as vezes que precisei, que a psicóloga do CRAS fez contato comigo, nós conseguimos chegar a um denominador comum. Encaminho, coloco dentro da escola”⁴².

Tainá Machado Cardoso, em sua pesquisa, esclarece bem:

O trabalho social realizado no campo religioso de matriz africanas possui práticas assistencialistas como também provém ações sociais, que visam a garantia de direitos, a ampliação da cidadania, por meio das práticas políticas e de ações afirmativas de combate ao racismo, de gênero e de combate a intolerância religiosa, por exemplo (CARDOSO, 2015, p. 29).

Na obra desta autora, percebemos informações acerca da rede de solidariedade presente nos terreiros de Umbanda e Candomblé. Estas instituições realizam algumas ações que promovem o exercício da cidadania:

[...] as ações afirmativas referente a população negra, tais como resgate cultural afrodescendente [...]. Também se exerce atividades em ações de combate à fome, atenção à população local, promoção de cidadania, proteção a diversidade, geração de emprego e renda, ações educacionais com ênfase em criança, adolescente e adultos, acolhimento de indivíduos em situação de vulnerabilidade social, defesa de direitos humanos [...] (CARDOSO, 2015, p. 30).

Percebemos um trabalho assistencial desenvolvido pelos terreiros, e esse aspecto faz-nos refletir sobre as outras funcionalidades atribuídas aos grupos de religiosos de terreiros: “O trabalho comunitário é encarado como oportunidade de crescimento espiritual para os médios e como estratégia contra o preconceito e integração” (TRAMONTE, 2001, p. 432).

Verificamos que há uma relação dúbia da comunidade com o “povo-de-santo”: “Na atualidade, entre as relações externas do povo-de-santo estão a vizinhança e a comunidade, oscilando entre tensão e harmonia” (TRAMONTE, 2001, p. 432). O

⁴² Mãe S. Entrevista realizada em 27/12/2021.

terreiro busca por relações amigáveis, pelo reconhecimento e respeito as suas atividades. Daí então, o “trabalho assistencial desenvolvido junto à comunidade” (TRAMONTE, 2001, p. 432).

Uma aproximação entre CRAS e terreiros de religião afro-brasileira seria interessante, vez que as casas de “povo-de-santo” realizam atividades que atuam em busca de direitos. Promovem a luta pela igualdade racial e contribuem para o fortalecimento de vínculos. Nesse sentido, o CRAS poderá contemplar os povos e comunidades tradicionais de matriz africana existentes no bairro, pela prestação de serviços sociais, valorizando o coletivo que reverencia a “africanidade” no território. A valorização da ancestralidade africana, acontece no processo de combate ao racismo institucional e no fortalecimento dos direitos.

3.4 NOVOS TEMPOS, ANTIGOS PROBLEMAS: A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA AINDA PRESENTE NOS TERRITÓRIOS SAGRADOS AFRO-BRASILEIROS

*Eu não quero que me tolere,
Eu quero que me respeite.*

(Macota Valdina)

Na manhã do dia 19 de setembro de 2019, uma mulher foi vista com uma marreta nas mãos, dando golpes na imagem de Iemanjá, de 1,80 de altura, no Ribeirão da Ilha. As marretadas destruiu a base e as mãos da estátua. Um homem que mora na frente do local, registrou com o seu celular os atos de vandalismo. O vídeo circula nas redes sociais e mostra o desrespeito e a agressividade com que a mulher se comportou. A imagem de Iemanjá, conhecida como “Rainha dos Mares”,

cultuada por religiões afro-brasileiras, está instalada na Rodovia Baldicero Filomeno, via principal do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis, em frente ao templo Ilê de Xangô. O local onde está o monumento recebeu uma placa identificando o ponto como “Recanto de Iemanjá”. O ato da senhora “é um crime do artigo 208 do Código Penal, onde foi vilipendiada uma estátua do culto religioso. Vilipendiar é destruir, atacar, é menosprezar, é tentar atingir o cerne da religião, disse o delegado Verdi Furlanetto”⁴³. E esta não foi a primeira vez que a estátua é alvo de ataques de intolerância religiosa. Em novembro de 2018, a imagem foi violada com tinta vermelha e teve algumas partes danificadas.

A intolerância religiosa é considerada crime. A lei 7.776/1989, alterada pela lei 9.459/1997, define como crime ‘praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional’. A pena prevista é de um a três anos de reclusão e multa⁴⁴.

Exemplos de intolerância religiosa como esta que aconteceu no Ribeirão da Ilha, bairro vizinho da Tapera, que percebemos o quanto as religiões que não são consideradas cristãs, fora do rito católico ou evangélico, sofrem repressão e violências.

Estes fatos discriminatórios podem ser percebidos nas falas dos dirigentes dos terreiros da Tapera e de outras regiões de Florianópolis. O uso da indumentária típica do povo do axé, as vestimentas brancas, os colares de contas, o som do atabaque, incomodam alguns vizinhos. Alguns sujeitos associam as religiões de matriz africana como algo demoníaco, ligadas aos rituais que fazem o mal. “Há uma clara demonização feita pelos evangélicos sobre a prática da umbanda, visto que entidades e orixás são retratados como demônios” (LOPES, 2011, p.23).

Todo mundo toca guitarra, toca baixo dentro da igreja, faz uma ‘zombaria’ doida. Nosso tambor, chega a polícia e manda a gente parar. (...). O barulho é o nosso direito de culto. Como toda e qualquer

⁴³ G1. **Vídeo mostra momento que mulher quebra imagem de Iemanjá com marreta em Florianópolis.** [2019]. Disponível em: <http://www.g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/09/20/video-mostra-momento-que-mulher-quebra-imagem-de-iemanja-com-marreta-em-florianopolis.ghtml>. Acesso em 07 de fev. 2022.

⁴⁴ DC - Diário Catarinense. **Vídeo: mulher quebra imagem de Iemanjá no Ribeirão da Ilha, em Florianópolis.** [2019]. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/video-mulher-quebra-imagem-de-iemanja-no-ribeirao-da-ilha-em-florianopolis>. Acesso em 07 de fev. 2022.

outra religião faz o seu culto, nós fazemos assim. E nós vamos continuar fazendo assim, porque é ancestral o negócio. Isto aqui estava muito antes dos vizinhos estarem aqui. Eu sei que tem muita gente aqui que gosta disso e outras, denunciam, porque estamos juntos. Mas, a gente vai continuar, porque é nosso direito. Está no Estatuto da Igualdade Racial e está na Constituição Federal. Nós temos o direito de culto⁴⁵.

Nesses territórios sagrados que são (in)visíveis, nos bairros e nas cidades, em algumas ocasiões, sofrem a pressão do aparato policial. Enquanto os templos religiosos católicos e evangélicos possuem locais de destaques no bairro, na geografia urbana, os terreiros de religião de matriz africana são instalados em locais discretos. Pinheiro (2018) informa que muitos líderes religiosos, pai de santo ou mãe de santo, relatam que estes espaços sofrem os abusos da intolerância religiosa. Os olhares repulsivos e os desrespeitos dos que são contrários às práticas do Candomblé, da Umbanda ou do Batuque, emanam todos os tipos de repúdio.

A historiadora destaca sobre a discriminação e a repressão contra as práticas dos rituais. Alguns entrevistados por ela, dirigentes de terreiros da grande Florianópolis, revelaram que a “gira” só poderia acontecer no período vespertino, pois caso fosse durante à noite, a polícia faria abordagens. Aconteceram muitos casos de policiais, com suas viaturas, interferirem nos trabalhos e liturgias dos terreiros, alegando que o funcionamento de tais rituais perturba o sossego alheio. A autora além de informar-nos das denúncias do “barulho” excessivo, segundo os vizinhos que não toleram a religião dos outros, denunciam os encontros dos frequentadores do terreiro, pois a batida do tambor, as cantorias e as palmas incomodam.

A mesma pesquisadora comenta dos momentos festivos que acontecem nos terreiros, situações que muitas pessoas da comunidade participam. Faz uma comparação com as rodas de samba, o relaxamento, o ambiente descontraído, onde encontram-se comidas, bebidas, as pessoas ficam dispostas em roda, dançam, conversam, sorriem e cantam. “Momentos de lazer e de sociabilidades para muitos”; que também é um momento festivo, de descontração, no ritmo dos atabaques. Dependendo da entidade, percebe-se a utilização de “bebidas e comidas, distribuídas para espectadores/visitantes” (PINHEIRO, 2018, p.225).

⁴⁵ Mãe B Entrevista realizada em 25/10/2021.

A cultura e a religiosidade africana sofrem um estigma desde longa data, como já dissemos anteriormente, no Brasil remonta o período colonial, escravocrata. A Igreja Católica realizou uma imposição forçada de sua doutrina. “Para manter uma completa submissão do africano o sistema escravista necessitava acorrentar não apenas o corpo físico do escravo, mas acorrentar também seu espírito” (NASCIMENTO, 1977, p.109).

A Igreja Católica agia, demasiadamente, num processo de conversão dos africanos e seus descendentes, o batismo era o primeiro passo para “salvar” as almas dos adoradores de divindades pagã, segundo os olhares dos católicos. A perseguição era deveras uma constante. Uma das saídas dos povos africanos para manter a tradição que ligava a espiritualidade da mãe África, era o sincretismo religioso. Utilizando-se de imagens católicas para venerar, mas a intenção era cultuar os orixás, de forma subliminar, disfarçadamente.

Atualmente, católicos e evangélicos distorcem as práticas do Candomblé e da Umbanda. Há uma tendência dessas igrejas cristãs perseguirem os fiéis das casas de “povo-de-santo”, generalizando um discurso único, religião do satanismo.

A não compreensão do valor histórico/cultural que as religiões de matrizes africanas possuem impulsiona o preconceito com os praticantes da fé, a discriminação e a segregação social. As religiões afro-brasileiras ainda constituem a minoria em quantidade de fiéis e se mantem na invisibilidade em muitos lugares para se protegerem dessa ‘cultura de ódio’ e intolerância fomentada pelos seguimentos neopentecostais no Brasil, que apoiam a destruição de terreiros e o exorcismo de seus frequentadores (CARDOSO, 2013, p.37).

Constatamos que na ocasião das entrevistas, algumas práticas de intolerância no tocante às atividades realizadas nos terreiros, principalmente pelos adeptos de outras religiões.

Em relação a própria comunidade evangélica, que não tem conhecimento da nossa prática, alguns dos seus fiéis, ao olhar a nossa religião, como uma religião desagradável, uma religião que cultua seres que não fazem parte da Bíblia deles. E realmente existe muito preconceito, uma perseguição dos nossos templos. Eu até relato aos sacerdotes, os babalaôs, para não deixarem o templo fechado, numa redoma ou num gueto. Nós temos que expandir para a comunidade, mostrar que a nossa religião abraça o próximo, que ajuda⁴⁶.

⁴⁶ Pai A. Entrevista realizada em 06/12/2021

Verificamos a movimentação de pessoas que, com suas demandas e curiosidades, transitam nesses espaços e são atraídos pelo viés religioso e pela afetividade; atuando de maneira periférica, de forma velada, pois o preconceito da sociedade conservadora, ainda associa a negatividade aos cultos de orixás, ou divindades.

Por outro prisma, vemos que também alguns dirigentes das casas de terreiros se manifestaram alegando que não possuem problemas quanto aos atos de intolerância de vizinhos:

Nós temos uma vizinhança bem tolerante em relação a isso. [...] A gente aqui não faz batuque. Somente uma vez por ano, duas vezes no máximo. Então a gente não tem esse problema. Mas a gente conhece muito desse assunto.⁴⁷

Vemos diferentes posturas comportamentais na vizinhança da Tapera, têm certas áreas que há desafetos com relação aos terreiros em funcionamento, já em outras, de forma tranquila, não há incomodo com a movimentação dos povos de santo.

Mãe D., da Nação de Cabinda, teceu considerações acerca da importância do som, da música para os adeptos das religiões de matriz africana e o preconceito sofrido por estes povos, pelo fato da musicalidade. E ainda, todo esforço realizado para conseguir unir forças para lutar pelos direitos das populações tradicionais de religiões de matriz africana.

Nós temos o nosso fundamento inicial da religião, que começou dentro de uma senzala. Então, uma senzala naquela época, não tinha isolamento acústico. Uma senzala naquela época era um lugar longe, não tinha civilização urbana próxima. Então era muito tranquilo se entrasse noite a dentro com o tambor tocando. E hoje esse tambor tocando incomoda algumas pessoas. E aí começou as demandas, chamavam a polícia, chamavam a FLORAM, chamavam algumas entidades para coibir esse tipo de atividade. O que aconteceu que nós tivemos invasões de alguns terreiros, tivemos a destruição de alguns congás. E isso para nós é uma violência muito grande. Nós aqui não temos isso e a gente explica sempre, que nós não temos o isolamento acústico, porque o som precisa chegar no etéreo. E se nós isolarmos, nós estamos nos fechando, a caixa, trancando a nossa energia dentro de uma caixa, porque outras pessoas não conseguem entender que a nossa religião vive da energia. Vive da energia da natureza, das plantas, das cachoeiras, do mar, das pedras, das matas, do Sol, da Lua. Nós precisamos dessas energias. Então nós trabalhamos com

⁴⁷ Mãe S. Entrevista realizada em 27/12/2021.

isso. As pessoas não conseguem visualizar dessa forma. Por isso, se pedia que, era uma demanda de todos os terreiros que não tivesse esse pedido do poder público, para que tivesse esse isolamento acústico, para manter a boa vizinhança. Hoje nós não temos mais essa Lei, uma grande luta do Fórum de Religiões de Matriz Africana, que começou através da COPIR, secretaria da Prefeitura que hoje ainda existe. Mas que luta bravamente para se manter e dá esse apoio aos povos de terreiro. Então, foi uma junção de vários terreiros que iniciaram esse Fórum. As nossas demandas, quando precisamos levamos ao Fórum. E o Fórum vai encaminhar, já foi encaminhamento para o Ministério Público, já foi encaminhamento para a Prefeitura, já foi encaminhamento para a Secretaria de Segurança Pública. É uma organização dos terreiros. Tanto é que no Fórum, nós conseguimos mapear os terreiros aqui da Tapera e de outros bairros.

Com a união de vários terreiros, foi possível construir um processo de resistência, na tentativa de garantir o respeito, a dignidade e a cidadania plena. A liberdade de culto é garantida na Constituição Federal de 1988, a preservação da cultura e da ligação com a ancestralidade também são garantidas em leis. Por mais que os adeptos do Candomblé e da Umbanda sofram o rótulo de ser chamados de macumbeiros⁴⁸, denominados de forma pejorativa, suas práticas religiosas são consideradas seitas e não religiões, diante de tantas violências impostas pela sociedade, ainda assim, há um movimento pela cultura da paz, da busca pelo respeito, pela aceitação e pela justiça. Os terreiros despertam o interesse de pessoas de vários segmentos da sociedade, porque há uma certeza: nesses espaços a inclusão social ainda é presente.

⁴⁸ Termo que vem da expressão macumba: árvore de origem africana, instrumento musical de percussão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] que é muito difícil você vencer a injustiça Secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos desprovidos.

(Ariano Suassuna).

O desafio de tecer algumas considerações acerca das religiões de matriz africana, Candomblé e Umbanda na Tapera e perceber que suas práticas vão para além dos rituais sagrados, no caso, há também uma preocupação pelo social. Provocou-nos curiosidades e surpresas.

Fomos imbuídos pela História e percorremos os principais acontecimentos que marcaram a formação do bairro Tapera da Base, antiga Caiacangamirim. Notamos a ocupação desordenada da comunidade, os problemas sociais e os esforços das lideranças de religiões de matriz africana para minimizar o processo de vulnerabilidade social das famílias.

É certo que, a presença de um CRAS instalado no território de abrangência, dará aos usuários, suporte às políticas de proteção social, aqueles que procuram os serviços socioassistenciais, mas ainda há muito o que fazer, por um território tão plural e particularmente composto por comunidades tradicionais de matriz africana.

A crise sanitária, arrastada pela pandemia advinda da COVID-19, prejudicou-nos na realização de uma pesquisa mais sistemática nos acervos documentais (nas bibliotecas, arquivos e outros lugares de memórias) e no contato mais aproximado dos coletivos, na realização das entrevistas com grupos e, até mesmo, de poder ter conhecido mais centros espíritas, já que no bairro existe um número expressivo de terreiros.

Identificamos que os terreiros de Candomblé e Umbanda, contribuem para o processo de sociabilidades e o fortalecimento de vínculos com os moradores da Tapera e com os de outros bairros de Florianópolis e, até mesmo, de municípios vizinhos. Vimos que esses espaços são lugares de potencialidades e articulações comunitárias. Espaços democráticos, de inclusão, de aceitação pelos diferentes, seja

de classe social ou de orientação sexual. Trata-se também de uma rede de apoio, configurando-se em instituições informais que atuam paralelamente às instituições estatais.

Sem a pretensão de esgotar as reflexões acerca do tema, desejamos que nosso TCC amplie e dê mais visibilidade acerca dos assuntos abordados, pois percebemos que neste bairro em questão, onde geralmente dão ênfase para os aspectos negativos, centrados em alguns casos de vulnerabilidade social e de ordem política, também, faz-se presente uma outra realidade, que desmistifica a imagem da Tapera pobre e violenta. No caso, a pluralidade das manifestações culturais afro-diaspóricas⁴⁹. Elementos como a música, a religiosidade e as práticas sociais, muitas vezes marginalizadas, pois o modelo, *status quo* presente na sociedade, remonta aos moldes europeus, herança de gente branca, cristã e capitalista. Dificilmente dá-se uma abertura para outras práticas culturais e religiosas, que não são consideradas cristãs. Sabemos que as expressões da religiosidade africana, remetem à ancestralidade, de cunho comunitário, que preza o coletivo e propõe a valorização dos elementos da natureza.

No Brasil, estas religiões de matriz africana ainda são perseguidas, são estigmatizadas, vistas como seitas que desenvolvem rituais demoníacos, associado ao mal. Há uma tentativa, por parte de algumas pessoas, de deturpar as informações acerca destas religiões. Por meio das várias expressões da oralidade, podemos perceber que a ajuda, a solidariedade e a luta pela cidadania plena, são vieses trabalhados nos terreiros. Não há nada de prejudicial à população, muito menos com relação aos outros movimentos religiosos.

A ideia de partilha, de coletividade, está presente nos rituais religiosos, expressando uma concepção de coletivo inerente aos terreiros. Essas ações apontam que os terreiros ocupam uma posição relevante nessa rede informal de proteção social.

É necessário que a equipe do CRAS realize um diagnóstico social, verifique como as pessoas vivem, que equipamentos elas possuem. Realizando um diagnóstico do território, pelo viés da cultura, da religião, poder-se-á mapear as entidades, os

⁴⁹ Termo utilizado pela por: Lisandra Barbosa M. Pinheiro (2018, p.15).

grupos prioritários. Desta forma, conhecendo as pessoas do território, a dinâmica da vida delas, poderão realizar as devidas ações de proteção social.

Evidenciamos que os terreiros precisam expandir, tornar-se mais acessíveis à comunidade, o CRAS com as políticas públicas, precisa desenvolver a conexão afetiva e política de direitos, estabelecer metas: dar atenção para os povos de terreiros, valorizando-os pelas suas singularidades, como bem apregoa o II Plano Decenal da Assistência Social 2016-2026, fortalecer os coletivos e estabelecer parcerias com o Fórum de Religiões de Matriz Africana, a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde – RENAFRO e a Coordenadoria Municipal de Política Públicas para a Promoção de Igualdade Racial – COPPIR. Neste sentido, também combater a intolerância religiosa e cultural, para assim promover a inserção social destes povos no sentido de fazer valer uma nova proposta societária.

REFERÊNCIAS

APOSTILA Conceito Básico da Umbanda. *In*: PERY, Iassã Ayporê. **Umbanda - Mitos e Realidades**. Disponível em: [https://: 0201.nccd.net](https://0201.nccd.net). Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1. Ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.742, de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (1993). Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília: 08 dez.1993, p. 18.769. Brasília, Disponível em: [http://:www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 04 maio 2019.

CARDOSO, Tainá Machado. **Religiosidade e discriminação a partir da análise dos Terreiros de Umbanda e Candomblé no Município de Rio das Ostras (RJ)**. Monografia de Graduação, Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ, 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5109/1/TCC%20%20Tain%C3%A1%20Machado%20Cardoso.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 1993.

COSTA, Benhur Pinós da; NASCIMENTO, Taiane Flôres do. O Terreiro de Religiões de Matriz Africana como Espaço Marginal e Possível a Vivência de Pessoas Travestis. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, SP, n. 41, v. 3. **Dossiê Geografias Interseccionais**: gênero, raça, corpos sexualizados. P.25-36, ju-dez, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6431>. Acesso em: 21 out. 2020.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **O Social em Questão**. Ano XX, n. 38, Maio-Ago., 2017.

DALLMANN, João Matheus Acosta. **O Mal-Estar que sinto: Medicalização do Sofrimento em camadas populares**. Monografia de Graduação, Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. *In*: OLIVEIRA, Marco Antônio (Org.). **Reforma do Estado & políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1998.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. Religião e Sociedade: religiões de matriz africana no Brasil, um caso de polícia. *In*: III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO

XX. **Anais**. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em: [http://1720adf032cb29768af6Mundicarmo Maria Ferretti.doc](http://1720adf032cb29768af6Mundicarmo%20Maria%20Ferretti.doc). Acesso em: 21 out. 2020.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **Comunicação Pública e Assistência Social: um estudo sobre os processos comunicativos nos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS**. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Comunicação da UnB. Universidade de Brasília.

FONSECA, Denise e GIACOMINI, Sonia. **A Presença do Axé: Mapeando Terreiros no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

GOMES, Marcela de Andrade. CRAS e intervenção psicopolítica: os terreiros como lugar de pertença, acolhimento e resistência política. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 20, n. 47, p. 87-101, abr. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2020.

GUIA FLORIPA. Disponível em: <https://guiafloripa.com.br/cidade/bairros/tapera>. Acesso em: 27 dez. 2021.

IANNI, Octavio. **A Questão Social**. São Paulo em Perspectiva, S (1): 2-10, janeiro/março de 1991. Disponível em: <https://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01-01.pdf>. Acesso em 05. Fev. 2022.

LOPES, Deise Lúcia Antunes. **Nós, o CRAS e a Comunidade: A experiência de um grupo de convivência de mulheres em um CRAS da Região Metropolitana de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado, Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

LOPES, Rodrigo Barbosa. **Olhares sobre a Umbanda: o cultuar de orixás na e pela cidade de Uberlândia (1930/1940 e 1990/2000)**. Dissertação de Mestrado, História. Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

MALUF, Renato S., ROSA, Teresa da Silva (Coord.). Mudanças Climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil, construindo capacidades. Subprojeto populações. **Relatório Final**. Vol. II, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA UFF/MNS, 2011. Disponível em: <https://fazenda.UFSC.br/descricao-fisica/estudos-socio-economicos/#:~:text=A%20comunidades/>. Acesso em 16 de dez 2021.

MARTINS, Fabiana. **De Espaço Marginal a Trajetória Plurais: narrativas e imagens na construção do bairro Tapera**. Florianópolis. Monografia de Graduação, Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

MARTINS, Karoline Lúcia. **As condições de Vida e de Trabalho dos Catadores do Lixo Reciclável do Bairro Tapera em Florianópolis – SC**. Monografia de Graduação, Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

MINAYO; Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Série Manuais Acadêmicos. Petrópolis: Vozes, 2016.

MUSEU do Homem do Sambaqui Padre João Alfredo Rohr, [199-]. **Folder**. Florianópolis: Colégio Catarinense. 2p.,il.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Descortinando as 100 Belas Praias de Florianópolis: em seu continente, suas ilhas, suas lagoas**. Florianópolis: Editora Insular, Fundação Cultural Açorianista, 2004.

PEREIRA, Nereu do Vale *et al.* **Ribeirão da Ilha: Vida e Retratos**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Rodrigo Nelson. **O Patrimônio Cultural do Ribeirão da Ilha: lugar de múltiplas memórias**. Monografia de Graduação, História, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2003.

PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo. **A nossa oração é o som do tambor: oralidade e cosmovisão nas expressões da música e da religiosidade Afro-brasileira (Florianópolis, 1970-2018)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/UDESC. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/2553/Lisandra_Barbosa_Macedo_Pinheiro_Final_15713398080109_2553.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

SANTOS, Claudia Monica dos; NORONHA, Karine. O estado de arte sobre os instrumentos e técnicas de intervenção profissional do assistente social – uma perspectiva crítica. *In*: GUERRA, Yolanda; FORTI, Valéria (Org.). **Serviço Social: temas e contextos. Coletânea nova de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p.47-63.

SARACENI, Rubens. **Doutrina e Teologia de Umbanda Sagrada**. Rio de Janeiro: Editora Mandras, 2011.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Instrumental Técnico e o Serviço Social. *In*: SANTOS, C. M. BACKX, S.; GUERRA, Yolanda (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2º ed. Juiz de Fora: Editora UFSC, 2013, p.103-120.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SNAS/MDS. **II Plano Decenal de Assistência Social 2016-2026**. [BRASIL]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/II_Plano_DecenaI_AssistenciaSocial.pdf. Acesso em: 10 de fev. 2022.

THOMPSON, Paul. **A Voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TRAMONTE, Cristiana. **Com a bandeira e Oxalá**: trajetória, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis. 2001. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81402>. Acesso em: 12 out. 2020.

TRINDADE, Myrian Veras. Prática Social/Prática Profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. *In*: BAPTISTA, M. V. & BATTINI, Odária. **A Prática Profissional do Assistente Social**. São Paulo: Veras/CNPq, 2010, p.13-27.

TRINDADE, Rosa Predes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. *In*: SANTOS, C. M. BACKX, S.; GUERRA, Yolanda (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2º ed. Juiz de Fora: Editora UFSC, 2013, p.69-102.

ANEXOS A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto de Pesquisa: **Os Territórios Sagrados (In)visíveis: os terreiros de religião afro-brasileira da Tapera, espaços de resistência e de proteção social**

Curso: Serviço Social

Aluno Pesquisador: Rodrigo Nelson Pereira

Professora Orientadora: Prof^ª. Dra. Liliane Moser

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, da pesquisa que tem como tema **Centros religiosos de matriz africana da Tapera e a proteção social** e tem como objetivos identificar na comunidade da Tapera os terreiros de religião de matriz africana, lugar de identidade negra e de resistência; analisar de que forma esses territórios “sagrados” realizam seus atendimentos à população; entender acerca da importância desses terreiros no território, como lugar de potencialidades e articulações comunitárias. A pesquisa consiste na realização de uma entrevista com duração aproximada de uma hora e será realizada de forma presencial, com as devidas precauções, seguindo os protocolos de saúde. Para tal, solicitamos autorização para gravação da entrevista em áudio, com o único propósito de facilitar a transcrição das respostas. Destaca-se que lhe é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação. Os dados da pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins científicos. Informamos que será garantida e mantida a confidencialidade das informações, a sua privacidade como participante e a proteção de sua identidade durante todas as fases da pesquisa. Os resultados deste trabalho estarão expressos no TCC (que será disponibilizado, publicamente, na Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, ou no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina) e poderão, ainda, ser apresentados em encontros ou revistas científicas, onde serão mostrados apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento sem ter que apresentar qualquer justificativa. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará em prejuízo. Informamos que a realização da pesquisa apresenta um grau de risco mínimo à sua saúde física ou psicológica. Assim, em ocorrendo algum imprevisto, desconforto ou mal-estar durante a execução da entrevista/pesquisa, serão tomadas todas as providências de assistência, amparo e cautela – que incluem desde a interrupção da pesquisa e/ou acionar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) – para evitar situações que possam causar danos que afetam a integridades física, psíquica e de saúde.

Esclarecemos que você não pagará e nem receberá nenhuma remuneração pela sua participação na pesquisa. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes serão ressarcidas pelo aluno pesquisador Rodrigo Nelson Pereira, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação. A forma de ressarcimento, quando houver, será mediante depósito em sua conta corrente ou em dinheiro (como preferir). Os riscos previstos nesta pesquisa são mínimos. Caso ocorra alguma situação de risco com danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social e cultural em qualquer etapa da pesquisa, você será devidamente indenizado, conforme determina a lei. Este Termo foi redigido em duas páginas.

Será lido, rubricado em todas as páginas e assinado em duas vias por você e pelo pesquisador: uma via permanece com você e outra ficará com o pesquisador. Ressaltamos ser importante guardar a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa, conforme preconiza a Resolução nº 510/2016 CNS/MS e suas complementares, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa. Caso necessite de maiores esclarecimentos e informações, você poderá entrar em contato com o pesquisador pelo seguinte telefone: (48) 99603-0439 ou pelo E-mail: rodrigonelson25@gmail.com. Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEP/UFSC), situado na Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Sala 401, Bairro Trindade, Município de Florianópolis, Santa Catarina. Telefone (48)3721-6094 e E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br.

Local: _____ Data: ____ / ____ /2021

Eu, _____, RG nº _____ li este documento e recebi do pesquisador todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido(a) e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e que concordo em participar.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Declaramos que fornecemos todas as informações referentes ao projeto ao participante da entrevista.

Local: _____ Data: ____ / ____ /2021.

Dra. Liliane Moser
Orientadora

Aluno pesquisador

ANEXO B**QUESTÕES NORTEADORAS PARA A REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA****UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA****CENTRO SOCIOECONÔMICO****DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL****TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I****2021.1****1 IDENTIFICAÇÃO****Nome do Acadêmico:** Rodrigo Nelson Pereira**Questões Norteadoras para a Realização da Entrevista**

- 01) Qual é o seu nome completo e o ano do seu nascimento?
- 02) Qual é o nome do seu terreiro/centro religioso?
- 03) Esta instituição (centro religioso) existe a quanto tempo?
- 04) Qual é a sua função no terreiro/centro religioso?
- 05) É possível caracterizar o número de frequentadores? A maioria das pessoas que frequentam o terreiro residem na comunidade?
- 06) Sobre o perfil das pessoas que frequentam o terreiro, são de baixa renda, da classe média ou da elite?
- 07) Quais são os tipos de demandas (de ordem religiosa, de cunho íntimo, de moradia, de alimentação, de renda) que chegam pelos frequentadores no terreiro?
- 08) Além das ações de aspectos religiosos e culturais, quais outras ações são desenvolvidas pelo centro religioso/terreiro?
- 09) Quais ações de cunho social são realizadas pelo terreiro?
- 10) Conhecem a rede pública formal da Proteção Social?
- 11) Existe alguma forma organizada para fazer encaminhamentos à rede formal (Centro de Saúde, Escolas, Creches, CRAS...)?
- 12) Já houve algum contato entre terreiro e CRAS? Alguém do CRAS fez contato com você?

13) Identificam práticas de intolerância com relação aos rituais, sessões que são realizadas no terreiro?